



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ  
CAMPUS SENADOR HELVÍDIO NUNES DE BARROS  
CURSO LICENCIATURA PLENA EM HISTÓRIA**

**ANTONIO FERREIRA DE MELO**

**GUARDA NACIONAL: Coronelismo e Tradição  
1850-1920**

PICOS

2014

**ANTONIO FERREIRA DE MELO**

**GUARDA NACIONAL: Coronelismo e Tradição  
1850-1920**

Trabalho de conclusão de curso apresentada à  
Universidade Federal do Piauí como requisito  
obrigatório para a obtenção do grau de  
Licenciado em História.

Orientador: Prof. Dr. Agostinho Junior  
Holanda Coe

PICOS-PI

2014

**ANTONIO FERREIRA DE MELO**

**GUARDA NACIONAL: Coronelismo e Tradição  
1850-1920**

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) apresentado à Universidade Federal do Piauí (UFPI)  
como requisito obrigatório à obtenção do grau de Licenciado em História.

Monografia aprovada em \_\_\_\_ / \_\_\_\_ / \_\_\_\_

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof. Dr. Agostinho Júnior Holanda Coe  
Orientador

---

Prof. Ms. Mairton Celestino da Silva  
Examinador Interno

---

Prof. Ms. Fábio Leonardo Castelo Branco Brito  
Examinador Externo

*Para:*

*Maria Edileuza, minha mãe.*

*Vicente Felipe, meu pai.*

*Os quais me fazem homem e menino todos os dias de  
minha árdua e alegre vida.*

## AGRADECIMENTOS

O trabalho que ora se apresenta ao Departamento de História da Universidade Federal do Piauí, que trata sobre a Guarda Nacional; só foi concretizado por um número enorme de pessoas, dentre as quais devo e tentarei destacar. Agradeço primeiramente a Deus, que me guiou sempre nessa jornada árdua, porém, Deus me ergue sempre a cada queda me transformando em uma pessoa aguerrida.

Agradeço imensamente ao Professor Johny Santana que me guiou desde o início, sem esquecer, de suas palavras de apoio. Segue nesse panteão por me erguido; meu orientador e amigo que me ajudou na confecção desse trabalho, o Professor Agostinho Coe, com sua complacência, paciência e argúcia. Obrigado!

Segue-me um baralhamento de sentimentos, vem uma batelada de nomes, rostos, gestos, e afetos que foram por mim sentidos nesses cinco anos junto ao um enorme grupo de pessoas maravilhosas que só Clio me proporcionou, conhecer. Nesse momento de agradecimentos, não poderia esquecer, de agradecer a Professora Marylu Oliveira, obrigado por ter me permitido lhe conhecer, sua alma libertadora e de arco-íris me saúdam com júbilos e alegria incalculáveis. Fico imensamente agradecido aos amigos, Erick Willer, vulgo Chuchu, Eveline, Yana Moura; Elierson; Luan Cardoso; Pedro Barros; Lilian Paulo; Cristiano, Maurício Martins; Gabriel Cavalcante; Kelly Márcia; Professor Fábio e as fias de baby como um todo, desde os amigos de fora desse ambiente intelectual, até aos cantos de esbornia teóricas e alegrias mundanas. E ao demais amigo que aqui me esqueci de citar sintam-se agradecidos. OBRIGADO!

Agradeço agora de forma toda especial e única; a algumas pessoas especiais e cruciais na minha vida. Meu amor, Ariani Oliveira agradeço imensamente a você por tudo, não tem palavras para expressar o enorme carinho que sinto por você; Amo-te!

Agradeço aos meus pais, os quais me deram o subsídio amoroso e financeiro para terminar essa trajetória, minha mãe Maria Edileuza, meu pai Vicente Felipe, não poderia esquecer-se dessa turbe familiar, dentre as quais os meus irmãos Fredyson, De Assis; Jonas e Fernando, meu mais caloroso obrigado.

Não poderia deixar de falar de duas pessoas que são o meu DNA humano e social, que me deram suporte teórico e empírico de vida, meus dois avós que não estão mais entre nós, mas deixaram contribuições incríveis, que hoje formam minha linda família, pois jamais esquecerei Pedro Birro *in memoriam*, homem valente, amigável e acima de tudo humano generoso, minha linda e inesquecível, Vó Olinda *in memoriam*, sua personalidade inenarrável e única, que deixa meu coração em uma dualidade sem igual de um coração débil há um coração afável de amor e desejos. Obrigado!

E seguindo essa premissa amorosa, não poderia esquecer-se de citar meus amigos de longa data, que sempre foram e serão irmãos “adotados”, meus Brothers Wostonn Eloi vulgo Brian e meu outro irmão Wallace Oliveira, meu físico maluco; agradeço a vocês pelo apoio incondicional na vida intelectual e na vida como todo. E aos demais amigos e colaboradores meu muito obrigado!

## **RESUMO:**

Este trabalho tem por objetivo entender a Guarda Nacional na Província do Piauí, através dos decretos leis e relatórios dos Presidentes da Província do Piauí com o objetivo de pensar a instalação da Guarda e os principais problemas enfrentados. As trajetórias aqui analisadas buscam analisar as relações de poder criadas pós-efetivação do órgão no território brasileiro a partir do “pacto social” que foi estabelecido nos “sertões de dentro” e que era efetivado com a compra de patentes pelos coronéis com o intuito de ganhar força e voz perante a sociedade. Essa tradição coronelista que se criou nos sertões, se fortificou mais com os alistamentos e cooptações das forças de homens que viviam nos territórios dominados por práticas coronelistas. Tais práticas ajudaram a criar uma identidade forte entre os coronéis e seus afilhados, desde o século IX até metade do século XX, e uma parentela belicosa de “valentões afamados” que ocuparam o espaço vazio deixado pelo Estado e que não se fazia presente no espaço social dos sertões e regiões mais longínquas.

**PALAVRAS-CHAVES:** Guarda Nacional, Província e Coronéis.

## **ABSTRACT**

This study aims to understand the National Guard in the Piauí province, through laws and decrees reports of Presidents of the Province of Piauí in order to think the installation of the Guard and the major problems faced. The trajectories analyzed here seek to analyze power relations post-effective organ created in Brazilian territory from the "social pact" which was established in the "hinterlands within" and that was effected with the purchase of patents by colonels in order to gain strength and voice in society. This coronelista tradition that was created in the hinterland, was fortified with more enlistments and cooptation of the men who lived in the territories dominated by forces coronelista practices. Such practices helped to create a strong identity among the colonels and their godchildren, since the ninth century to mid-twentieth century, and a bellicose relatives of "famous bullies" who occupied the empty space left by the state and that there was present in space of social hinterlands and further afield.

**KEYWORDS:** National Guard, Province and Colonels

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	11
1. A CRIAÇÃO DA GUARDA NACIONAL.....	17
1.1 Conflitos no Período Regencial .....	27
2. GUARDA NACIONAL: INSTALAÇÃO E ESTRUTURAÇÃO DO APARELHO DE DEFESA NA PROVÍNCIA PIAUIENSE.....	30
2.1 Principais problemas da Guarda Nacional na Província do Piauí .....	31
3. CORONELISMO E TRADIÇÃO: CONFLITOS ENTRE LIBERAIS E CONSERVADORES.	
3.1 A Província do Piauí e seu papel na Guerra do Paraguai .....	38
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	54
REFERÊNCIAS BIBLIOGRAFICAS.....	56

## INTRODUÇÃO:

A Guarda Nacional foi uma instituição criada em 1831 com o intuito de dar maior legitimidade à Maioridade do Príncipe D. Pedro, num período de conturbações sociais na história do Brasil, que ficou conhecido como Regência. Sendo efetivado no mandato de Feijó<sup>1</sup>, órgão que adentrou ao país por vias da Revolução Francesa, em especial logo após as Três Jornadas de Julho de 1830 e sob os moldes da *Garde Nationale*<sup>2</sup> que foi instalada na França. A Guarda foi também quem legitimou a extinção do Exército de segunda linha, esse que era composto em sua maioria de portugueses<sup>3</sup>, sendo uma instituição instável e volátil no "que tange à defesa interna"<sup>4</sup>.

O tema é de suma importância para um maior entendimento do coronelismo no Brasil, mas remeter-me-ei em menor instância; geograficamente, pois irei estudar a Província do Piauí, dando destaque especial à segunda fase da Guarda Nacional e indo até o século XX. No tocante a segunda fase da *Garde Nationale*, esta que se dá na metade do século XIX, mais precisamente em 1850, com a aristocratização dos quadros do oficialato; e seguindo o

---

<sup>1</sup> Atendendo as medidas previstas no Ato Adicional de 1834, foram feitas eleições para que um novo governo chegasse ao poder. Superando a concorrência liberal, Diogo Antônio Feijó tornou-se regente com um total de 2.826 votos. O baixo número de eleitores refletia a exclusão política e a falta de representatividade das instituições políticas da época. Mesmo tendo alcançado a maioria dos votos, o governo de Feijó foi obrigado a resistir a diversas manifestações oposicionistas. Até mesmo os liberais moderados, aliados naturais de Feijó, acusavam o governo de tolerante e indeciso. Além disso, os problemas de saúde de Feijó colocavam em xeque a estabilidade governamental. Nesse mesmo período, o interesse em se desenvolver uma estrutura fundiária cafeeira, intensificou a participação das elites nos quadros políticos. As tendências políticas daquela época agora se agrupavam entre progressistas, de tendência liberal, e os regressistas, partido de orientação conservadora formada pelos grandes donos de terra, comerciantes e funcionários públicos. No governo de Feijó, o dilema da representação política e da centralização de poderes abriu espaço para a deflagração de diferentes revoltas. No ano de 1835, a ocorrência da Cabanagem no Pará e da Farroupilha no Rio Grande do Sul expressou a tensão entre os diferentes interesses políticos da época. Ao invés de dar abertura às tendências liberais, as conturbações do período fortaleceram as alas conservadoras que exigiam a estabilidade sócio-política necessárias para satisfazer o interesse das elites agrárias do país. Fisicamente incapacitado e desprovido de consistente apoio político, Feijó decidiu renunciar ao cargo de regente, em 1837. Antes de abandonar o cargo, ele nomeou o senador pernambucano Pedro de Araújo Lima como titular na pasta do Império. Ao tomar essa atitude, Feijó colocou Araújo Lima como substituto direto ao cargo de regente. Disponível no Site <http://www.brasilecola.com/feijo.html>, acessado 23/12/2013.

<sup>2</sup> A Guarda Nacional tem sua organização inicial na França em março de 1831, como uma milícia composta de cidadãos-soldados orientada para combater movimentos monarquistas, ler em CAMPOS, Rafael Ramos, APONTAMENTOS SOBRE A ATUAÇÃO POLÍTICO-MILITAR DOS AGENTES DA GUARDA NACIONAL NO INTERIOR DA PROVÍNCIA MARANHENSE (1839-1855), Teresina, UFPI, 2012.

<sup>3</sup> Pegando a noção de simbologia de José Murilo de Carvalho, que explica como se deu a criação de símbolos para uma efetivação no cerne nacional sobre o 15 de novembro, o termo Exército Português foi utilizado no período de 1830 para dar maior legitimação e respaldo na criação da milícia cidadã na Regência, salientando que o exército era uma instituição alienígena e precisava ter menor força.

<sup>4</sup> OLIVEIRA, Kamyla Nunes de Deus, **A Organização da Guarda Nacional no Espírito Santo, entre 1831 a 1871**.

trabalho até metade do século XX, entra em cena o conflito de potentados no extremo sul do Piauí.

As fontes utilizadas são: bibliografias que tratam sobre o tema e os relatórios de Presidente da Província do Piauí<sup>5</sup>. A Província piauiense será o pano de fundo da pesquisa e o recorte temporal será o período de 1850 a 1920. No ano de 1850, foi promulgada a lei 602 de 19 de setembro de 1850, que estabeleceu certa aristocratização do oficialato da Guarda Nacional. O Império brasileiro entra em conflito com o Paraguai, em 1866; ano de conflitos entre plutocratas e o governo Imperial, no que tange aos recrutamentos dos guardas nacionais nas Províncias do Império. Isso mostra dentro desse conflito beligerante os entraves criados pelos coronéis nas Províncias mais longínquas do Brasil e que seguem até meados dos séculos XX. Essa queda de braços entre governo e os potentados darão força a diversas famílias e gerou conflitos de interesses entre diversos coronéis.

A Guarda Nacional foi criada em 18 de agosto de 1831 com o objetivo de ser uma “Milícia Cidadã” diretamente ligada ao quadro político privado de 7 de abril de 1831<sup>6</sup>. Segundo a historiadora Maria Auxiliadora Farias (1977):

“As Guardas Nacionaes (sic) são criadas para defender a Constituição, a Liberdade, Independência, e Integridade do Império; para manter a obediência(sic) às Leis, conservar, ou restabelecer a ordem, e a tranquilidade(sic) publica; e auxiliar o Exército de Linha na defesa das fronteiras, e costas.”<sup>7</sup>

Percebemos um forte fator político<sup>8</sup> na sua criação e organização dessa força civil-militar, de que devemos levar em consideração a “idéia (sic) de se criar no Brasil uma Milícia Cívica para manter a Nação em Armas, na defesa dos valores conquistados com a abdicação do Imperador Pedro I, é de inspiração francesa”<sup>9</sup>. Logo, a sustentação de um aparelho burocrático requeria uma quantia mensal, pois a Guarda Nacional veio também para amenizar problemas financeiros, já que ao ingressar na Guarda o soldado teria que arcar com suas despesas, tanto com relação ao uniforme quanto com a indumentária em geral, tais como: cavalo (se fosse da cavalaria) e os demais objetos de trabalho. O governo assegurava tambores, munição, bandeiras e material de escritório, além do pagamento dos instrutores. Os

<sup>5</sup> A pesquisa se remeterá aos anos de 1835, 1840, 1847, 1850, 1854 e 1866, respectivamente.

<sup>6</sup> O sete de Abril de 1831, dia da abdicação de D. Pedro I, depois de uma série de conflitos como a Noite das Garrafadas, o mesmo sai do trono e desde então se monta a regência, que vai desde 1831 a 1840, com D. Pedro II assumindo o trono, como o golpe da maioridade.

<sup>7</sup> FARIA, Maria Auxiliadora, **A Guarda Nacional em Minas: 1831-1873**, Curitiba, UFPR, 1977.p.32

<sup>8</sup> Utilizo-me dos conceitos políticos de René Rémond, para entender a instituição que nasce no período Regencial, a Guarda Nacional, pois o autor me dará mote para entender os termos políticos utilizados na época.

<sup>9</sup> FARIAS, Maria Auxiliadora, **A Guarda Nacional em Minas: 1831-1873**, Curitiba, UFPR, 1977.p 12

soldados deveriam seguir alguns “dogmas” como disciplina, nacionalidade, civilidade, respeito às instituições e, sobretudo a monarquia.

Segundo Flávio Henrique Dias Saldanha (2008), a milícia era um jogo de interesses, pois a Guarda Nacional servia como um órgão de barganha e cooptação de simpatizantes dos próceres locais, já que a guarda se tornou um mecanismo de troca de favores entre quem queria ser eleitoralmente favorecido e quem poderia lhe fornecer meios, exemplo os coronéis, que tinham um forte poder de persuasão local; assim a milícia se configura como um elo de interesses de governantes com a massa votante.<sup>10</sup>

O estudo da Guarda Nacional<sup>11</sup> tem uma grande relevância no tocante ao entendimento de como surgiu o poder dos coronéis na Província/ Estado<sup>12</sup> do Piauí; como no país, sendo um tema ainda pouco estudado. Analisaremos a Guarda Nacional nas suas distintas fases, começando pela Maioridade (1831) momento de mobilização de grande contingente popular, com especial ênfase para a segunda fase (1850) com o objetivo de analisar como o órgão se transformou num espaço de barganha eleitoral e quais mecanismos foram utilizados para a efetivação de tais mudanças, e seguindo às análises até o século XX para entender os movimentos pós-guerra do Paraguai, que foi o ápice do movimento de coalizão de forçar dos coronéis ante aos recrutamentos para Guerra.

Além disso, a escolha da segunda fase se dá pela maior quantidade de documentação sobre o tema analisado, além de que nesse período o Piauí é inserido e contemplado com as instalações de Guarda Nacional na Província. A primeira indicação da necessidade de criação da Guarda Nacional foi feita pela Câmara Municipal de São Paulo, em outubro de 1830, e somente implantada no mandado provincial de Sousa Ramos em 1844, no Piauí. Assim em 1850<sup>13</sup>, foi finalmente promulgada a primeira reforma da Guarda Nacional pela Lei 602,

---

<sup>10</sup> SALDANHA, Flávio Henrique Dias. **O Império da Ordem Guarda Nacional: Coronéis, Burocratas em Minas Gerais na segunda metade do século XIX**, 1850-1873. França: UNESP, 2008.

<sup>11</sup> O tema Guarda Nacional abriu-me um leque de possibilidades de estudo, no entanto escolhi a vertente política, me utilizando da perspectiva teórica de René Rémond, e me nortearei nos estudos que se referem a Guarda Nacional, de autores que trabalham o tema, sem assim negligenciar ou gastar todas as possibilidades de estudo sobre o presente tema.

<sup>12</sup> A pesquisa começa no período que compreende às instalações da Guarda Nacional nas Províncias, e segue até meados dos anos XX, dando o mote para entendermos como essa instituição influenciou na formação de potentados e de um sistema de clientelismos. Esse sistema de troca mútua entre periferia e centro foi sentido de forma mais nítida no Estado do Piauí no Século XX, mais precisamente no conflito parental entre os varões Lustosa Nogueira.

<sup>13</sup> Este trabalho se norteará por alguns procedimentos da pesquisa histórica. E depois procurar-se-á; analisar os livros e artigos; e entender o discurso neles contidos tendo como suportes teóricos autores como: Michel de

seguimos às análises até a metade do século XX, na incumbência de entendermos os conflitos e as formas de cooptação de força para obtenção de privilégios familiares, que perpassam ao campo político/social/religioso, na qual percebemos a briga de republicanos e monarquistas no seio da mesma parentela, os Lustosa Nogueira.

A História política também será utilizada para se compreender a Guarda Nacional. Segundo René Rémond:

A História de fato não vive fora do tempo em que é escrita, ainda mais quando se trata da História política: suas variações são resultado tanto das mudanças que afetam o político como das que dizem respeito ao olhar que o historiador dirige ao político<sup>14</sup>.

Segundo o mesmo,

“o político não constitui um setor separado” da realidade, “é uma modalidade da prática social” tão importante quanto qualquer outra<sup>15</sup>.

Assim, esse trabalho fará uso dos estudos sobre o campo político para entender os fatos e as formas que foram adotadas pela Guarda Nacional no tocante a sua transformação de milícia a órgão eleiçoeiro<sup>16</sup> e os conflitos ideológicos de um dos potentados mais influentes na Província. Vale ressaltar também os autores que tratam sobre a História Política e que nos ajudaram, dando um maior esboço para um bom entendimento das relações que permeavam a Guarda Nacional.

Como exemplo temos o autor Johny Santana de Araújo (2009) que trabalha a Guarda Nacional e o seu recrutamento para ajudar na Guerra do Paraguai. Para o autor:

[...]“Arregimentação de homens, quer fossem designado da Guarda Nacional, quer fossem recrutados da massa de desapropriados, levando algumas províncias do império a terem razoáveis problemas econômicos, sobretudo pela ameaça de terem mão-de-obra produtiva desviada de suas atividades. No Piauí, a população já convivia com a realidade brutal da guerra por conta do recrutamento que havia sido ativado a toda carga já no segundo

---

Certeau, René Rémond, Maria Auxiliadora Farias, Johnny Santana de Araújo, Vitor Nunes Leal entre outros. Que me ajudará a entender os contextos e o porquê foi criado a Guarda Nacional, principalmente a segunda fase, sendo nesse período em que a Guarda se transforma em um órgão eleiçoeiro. Certeau, René Rémond, darão teorização necessária para a pesquisa, no tocante a escrita, os termos políticos e os movimento social, que se transfigura de forma significativa no seio da Guarda Nacional.

<sup>14</sup> RÉMOND, René (org.). **Por uma história política**. Dora Rocha (trad.). 2. ed. Rio de Janeiro: Editora, FGV, 2003. p.22.

<sup>15</sup> *Idem*, p.35.

<sup>16</sup> Termo utilizado por Maria Auxiliadora Farias, que demonstra os entrelaçamentos de interesses que vão se formando na Guarda Nacional, desde a convocação e as trocas de favores eleitorais para obtenção de patente superior ao de soldado miliciano.

semestre de 1865, durando praticamente até próximo ao fim do conflito”.<sup>17</sup>

Segundo Almeida (1998), a “Guarda Nacional foi relevante por mobilizar parte da população civil, a favor do governo nas ocasiões de enfrentamento militar como movimentos armados que eram contrários a esse<sup>18</sup>”. Portanto, a corporação andava sempre ao lado do poder central, pegando em armas para calar as vozes dos que eram contra o poder vigente, mobilizando uma parte importante do corpo miliciano para defender interesses próprios.

O trabalho se dividirá em três capítulos. O primeiro capítulo explicará o nascimento da Guarda Nacional e algumas atribuições do órgão, que marcam um breve ensaio de democratização nacional, com o objetivo de inserir o povo numa instituição que nascera com intuito de emancipar o país, militarmente e efetivar um período novo, o primeiro em instância menor e segundo de forma mais efetiva. O trabalho trará no seu bojo conflitos vivenciado no período regencial e Imperial e a sublevação de Canudos, esse ocorrido na República.

No segundo capítulo, explicaremos como a Guarda Nacional foi instalada na Província, e suas precárias e arcaicas instalações, sendo que a Guarda só foi concedida sua efetivação nas terras piauiense, pós-chegada do Presidente Sousa Ramos, em 1844. Debruçando-me nos relatórios dos Presidentes da Província do Piauí, verificaremos a situação da implantação da Guarda Nacional, e os percalços que aqui foram enfrentados para de fato se instalarem na Província. Os relatórios dos Presidentes de Província<sup>19</sup>. O relatório de 1850 contém o decreto lei de redemocratização da Guarda, porém, esses mesmos decretos não efetivaram o processo de “aristocratização” dos corpos milicianos na Província do Piauí, devido à falta de comunicação rápida e eficiente.

Já no terceiro capítulo, analisarei alguns fatos importantes que se remetem a transformação da Guarda num órgão de manutenção do status quo, além de mecanismo de manobra das elites para assegurar privilégios. Nesse capítulo prevalece o estudo do coronelismo, sua efetivação na Província, fazendo assim prevalecer o voto de mando e desmando; criando laços de fortificação e coalizão de forças, os primeiros, na forma de laços

<sup>17</sup> ARAÚJO, Johny Santana de. **Bravos do Piauí! Orgulhai-vos. Sois dos Mais Bravos Batalhões do Império: a propaganda nos jornais piauiense e a mobilização para guerra no Paraguai (1865-1866)**. Niterói- Rio de Janeiro, 2009. P.45.

<sup>18</sup> ALMEIDA, Adilson José de. **Uniformes da Guarda Nacional (1831-1852): a Indumentária na organização e Funcionamento de uma Associação Armada**. São Paulo: USP, 1998.

<sup>19</sup> O relatório utilizado no presente trabalho foi de 1844, esse que se refere à instalação da Guarda, e 1850, que concerne à lei de 602, que faz referência à aristocratização do corpo miliciano, e 1854, 1857; 1858; 1860; 1865 e 1866 esses que serviram de mote para entender o que se perpassava na Província pós-instalação da Guarda e no período de conflito entre Brasil e Paraguai.

parentais; assim aumentando a níveis consideráveis a força política e social no local que residia, como bem disse Peter Burke, “a família não é apenas uma unidade residencial, mas [...] uma unidade econômica, e jurídica”, acrescentamos, uma “unidade política”<sup>20</sup>. Pois, com os alijamentos e com o número considerável de afilhados, tinham ao seu poder um pequeno exército que fazia de seus desejos, leis. Os segundos; tratavam de criar laços de amizade com outros coronéis, cujo, os quais não fossem de outro partido, e assim ter um laço de influência e camaradagem com coronéis de sertões longínquos, essa coalização tem como pano de fundo à busca de interesse comum entre eles. E com esses interesses, que surgiu à contenda entre os Lustosa Nogueira em Corrente e Parnaíba, de um lado os aliados de Granja, apoiadores do monarquismo e do outro os aliados de Joaquim Nogueira, republicanos. Conflito esse que a tradição vem de encontro aos interesses políticos de ambos.

---

<sup>20</sup> ARAÚJO, Raimundo Alves de **FAMÍLIA E PODER**: A construção do Estado no noroeste cearense do século XIX (1830-1900), UFC, 2011. p.17

## 1. A CRIAÇÃO DA GUARDA NACIONAL:

A Guarda Nacional foi institucionalizada em um período conturbado da História do Brasil, a Regência. D. Pedro I “Desgastado em seu poder - em especial após não ser bem sucedido na guerra da Cisplatina e se vendo obrigado a reconhecer a independência política da antiga província mais meridional do Império, abdica do trono em sete de abril de 1831”<sup>21</sup>. Surgem os primeiros anos da Regência, tendo no seu bojo o sete de abril, que virou um marco político importante para uma formação conjuntural que vai se criando no Brasil pós-abdicação. Órgão de traços tipicamente franceses<sup>22</sup>, a Guarda Nacional, tinha como ideia principal o lema de que “os cidadãos eram os melhores defensores que a nação poderia ter”. A Garde Nationale<sup>23</sup> nascera com o intuito de proteger a nação dos protestos separatistas ou qualquer outro problema que ameaçasse a institucionalização da nova ordem, mas também legitimar o poder do governo perante a sociedade, forma essa de afirmar a burguesia no poder. Logo, a Guarda virou principal órgão de defesa do governo, sendo a instituição que substituiu o Exército de segunda linha.

A Guarda Nacional também substituiu algumas guarnições municipais, como a polícia da província, e guarnições que faziam a defesa antes da instituição ser criada. Surgiu como uma organização com características estrangeiras e foi duramente criticada, por serem recorrentes as ideias vindas de fora, que aqui adentraram com forte tonalidade, ideal que foi passado aos brasileiros pela Revolução Francesa<sup>24</sup>. Logo, o órgão surge como símbolo da identidade nacional brasileira, já que a Guarda era composta por brasileiros, e almejava ser uma instituição de uma sociedade independente.

A Guarda, que nascera no decreto lei de 18 de Agosto de 1831, teve distintas fases: desde a criação até a reestruturação/aristocratização em 1850 até a sua extinção e incorporação ao Exército no ano de 1922<sup>25</sup>. A instituição que nascera com a tonalidade de emancipação política brasileira, também teve que se adaptar a realidade aqui vivida, adquirindo características diferentes em diversas localidades. Note-se que apenas quatro meses após a abdicação de D. Pedro I, é instalada a Guarda. Como deixa bem claro Holloway,

<sup>21</sup>SCHIMTT, Anderson Marcelo, **Guarda Nacional na Guerra dos Farrapos: A Formação das Tropas Farrroupilhas**, Rio Grande do Sul: FURG, 2012.

<sup>22</sup> Explicita a criação de um órgão que tem o intuito de cuidar da defesa do país, ver em FARIA, Maria Auxiliadora, *A Guarda Nacional em Minas: 1831-1873*, Curitiba, UFPR, 1977.

<sup>23</sup> Como era conhecida na França

<sup>24</sup> Ocorrida em 1789.

<sup>25</sup> A data em si, é controversa para muitos autores, como Maria Auxiliadora Faria, que data a incorporação da Guarda Nacional ao Exército de primeira linha no ano de 1918, e alguns autores falam em 1922.

é que “a guarda foi concebida como organização nacional, de modo que se formaram unidades em todo o país”<sup>26</sup>.

O intuito de criação da Guarda de acordo com Holloway foi:

Em vez de duplicar ou simplesmente reforçar a estrutura de autoridade existente, a serviço na guarda visava a estender a responsabilidade de defesa da propriedade e da ordem social aos membros da sociedade que tinham interesse na manutenção do status quo.<sup>27</sup>

Formando-se a partir de uma forte estrutura hierárquica, que se construiu com bases alicerçadas no escrutínio<sup>28</sup> e na barganha<sup>29</sup>, como aponta Holloway, a guarda tem um ideário conservacionista de uma aristocracia escravista e latifundiária que se sustenta com maior força nessa instituição que nascerá anos atrás. A Guarda Nacional foi gerada como uma milícia civil-militar a “idéia (sic) de se criar no Brasil uma Milícia Cívica para manter a Nação em Armas na defesa [...]”<sup>30</sup>, já que no Brasil, segundo Holloway (1997).

“A hostilidade entre forças de repressão e as fontes de resistência no Brasil relaciona-se como a imposição de instituições burocráticas de controle aparentemente modernas a uma sociedade carente de outros atributos fundamentais da modernidade. A igualdade perante lei, nunca foi além de slogan contido na expressão caracteristicamente brasileira “para inglês ver”- ou seja para impressionar os de fora<sup>31</sup>.

Utilizando-se de algumas brechas constitucionais no tocante as leis, foi criada a Guarda no intuito de abarcar toda a sociedade dando a impressão de nação única sem diferenciação de classe socioeconômica, porém esse mecanismo foi revisto um ano mais tarde. Em 1832, a Guarda serviu de acirramento da diferenciação entre livres e não livres, os primeiros podiam votar já que no tocante ao “<sup>32</sup>exercício do voto, aquele votante que detinha de uma renda fixa (100\$000) para ter direito ao voto e ( 400\$00) para ter o direito a ser votado, sendo escrito no corpo de Milícia; a compor aos batalhões, legiões da Guarda, exceto nas quatro maiores cidades do país, Rio de Janeiro, Salvador, Recife e São Luiz do Maranhão-

---

<sup>26</sup> HOLLOWAY, Thomas H. **Polícia no Rio de Janeiro, Repressão e resistência numa cidade do século XIX**, tradução de Francisco de Castro Azevedo-Rio de Janeiro: ed. Fundação Getúlio Vargas, 1997.

<sup>27</sup> *Idem*, Pag. 89.

<sup>28</sup> Votação.

<sup>29</sup> Havia uma troca de favores, em prol de ter votos para sustentação da frente governistas, sendo que o coronelismo se alicerçava e se sustentava nessa troca de favores múltiplos, um ajudando o outro na manutenção do governo, que no qual assegurava interesses de ambos, governo e coronéis, concepção mais essa embasada no Livro LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1997.

<sup>31</sup> HOLLOWAY, Thomas H. **Polícia no Rio de Janeiro, Repressão e resistência numa cidade do século XIX**, tradução de Francisco de Castro Azevedo-Rio de Janeiro: ed. Fundação Getúlio Vargas, 1997.

<sup>32</sup> *Idem*.

onde o requisito mínimo era a qualificação de eleitor ou 200\$000 por ano”<sup>33</sup>. Ao adentrar na guarda aqueles que tinham direito de voto se tornavam soldados, sem soldo, ressalva nos casos de diligência fora da jurisdição que competia a guarda, nessa ressalva o soldado recebia o soldo para custear os gastos no traslado da diligência. Com a lei de 1832, houve uma quebra do breve ensaio democrático, que foi sentida em 1831. Percebemos que com a repressão e resistência vividos nos primeiros anos da regência, o povo participou ativamente com intuito de estabelecer uma integração entre o ideal de nação em construção.

O governo na época não tinha condições financeiras para manter o aparato burocrático, e o Exército<sup>34</sup> era assaz, caro para mantê-lo. Assim a Guarda Nacional surge como meio mais barato de defesa. Os guardas eram escolhidos por escrutínio em suas paróquias, como pré-requisito a idoneidade, para assumir o cargo e assim ficava bem claro quem podia ser da Guarda Nacional. Tais características econômicas demonstram um pouco da fragilidade do Império, perante a formação do aparelho de defesa.

Os guardas nacionais é que arcavam com as despesas de fardamento, e muitas vezes de toda a indumentária que compunha a Guarda Nacional. A Guarda era subdividida, pois tinha “nestas armas e nas suas respectivas unidades organizacionais – Companhia, Batalhão, Esquadrão e Legião<sup>35</sup>”, sendo que as maiores patentes eram estratificadas, pois eram indicados pelo Governo Geral. Ainda no tocante a manutenção, os guardas nacionais arcavam com as despesas que o cargo requeria. Já com os que compunham a Cavalaria tinham que comprar ou possuir seus cavalos, arcando com o custeio de manutenção do animal e suas armas, mostrando nitidamente que “a atuação da milícia cidadã foi planejada no sentido de por meio de uma rotina administrativa contribuir com o processo de construção do Estado”<sup>36</sup>.

O governo se propunha a fornecer os armamentos, as bandeiras, os tambores, as cornetas, o material de escritório e o pagamento de soldo aos instrutores. Salientamos que os instrutores, não eram contratados, o que mostra antes de tudo que os guardas eram cidadãos e não soldados, esse fator reflete o despreparo dos milicianos, e a precária situação vivida por eles, já que o governo gastava o mínimo com a instituição (Guarda Nacional), mostrando ser mais uma forma de segregação social, já que os aparelhos burocráticos foram encabeçados

---

<sup>33</sup> *Ibidem*

<sup>34</sup> Após a abdicação de Dom Pedro I, o estado não tinha condições econômicas para sustentar a aparato militar de proteção do país, por isso optou em criar a Guarda Nacional, sendo esse só um fator, pois temos outros fatores para criação da mesma.

<sup>35</sup> OLIVEIRA, Kamyly Nunes de Deus, **A Organização da Guarda Nacional no Espírito Santos, entre 1831 a 1871.**

<sup>36</sup> *Idem* P 15.

por aqueles que possuíam recursos materiais e tempo disponível. Assim, nada mais natural do que aquele extrato de senhores donos de engenhos e grandes latifundiários assumirem tais encargos, e ficarem com as maiores patentes.

Inicialmente o serviço era permanente, obrigatório e pessoal, pois todos “os cidadãos que têm voto nas eleições primárias, um vez (sic) que tenham 21 anos de idade até 60”<sup>37</sup>, bem como os filhos destes cidadãos eleitores, que tivessem 21 anos acima, contendo uma renda mínima, deveriam se alistar e com isso criando um ideário de soldado da nação<sup>38</sup>. Em muitas cidades logo ao amanhecer do dia em períodos específicos do ano, Juizes de Paz sisudos organizavam o Conselho de Qualificação, alistando os cidadãos para a milícia através do registro de seus nomes no Livro de Matrículas, qualificando homens jovens (ou nem tanto) para o serviço ativo e da reserva, envolvendo-os na difícil escolha de qual arma servir, como pontua Maria Auxiliadora Farias:

“Do alistamento. Art. 13. Os cidadãos admittidos ao serviço das Guardas Nacionaes serão alistados em Livros de Matricula, subministrados pela Camara á cada uma das Parochias, e Curatos do seu Municipio. Art. 14. Para se fazer este alistamento o Juiz de Paz da Freguezia, ou Gapella Curada, formará um Conselho de qualificação, composto de seis Eleitores do seu Districto mais votados, aos quaes presididos pelo Juiz de Paz, fica competindo verificar a idoneidade dos cidadãos, que devem ter praça nas Guardas Nacionaes, e fazer o seu alistamento. (...). Art. 15. O Conselho de qualificação proceder immediatamente a fazer o alistamento no livro da matricula geral.”<sup>39</sup>

Nos seus primeiros anos a Guarda Nacional procurou alargar sua base de qualificação e alistamento, afrouxando suas exigências de idade, renda e nacionalidade, pois era amistosa com os portugueses adotivos. Homens não necessariamente brancos, porém livres, desempenhando as funções de pequenos proprietários, comerciantes, trabalhadores nem sempre assalariados e de miúdos cabedais enfileiravam-se com suas fardas vistosas na afrancesada Guarda Nacional. Como observamos, a Guarda Nacional possuía a forte tonalidade democrática, pois tinha nas suas fileiras homens de cor, e de modesta condição, que usavam muitas vezes o fardamento de soldado e outras vezes de oficial. Como nos diz Moura,

---

<sup>37</sup> *OP. Cit. p 18,*

<sup>38</sup> O soldado é antes de tudo alguém que se reconhece de longe; que leva os sinais naturais de seu vigor e coragem, as marcas também de seu orgulho: seu corpo é o brasão de sua força e de sua valentia; e se é verdade que deve aprender aos poucos o ofício das armas - essencialmente lutando - as manobras como a marcha, as atitudes como o porte da cabeça se originam, em boa parte, de uma retórica corporal da honra. FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir, O nascimento da Prisão*, tradução de Raquel Ramallete- Petropólis, ed. 29: Ed. Vozes, 2004. p116.

<sup>39</sup> OLIVEIRA, Kamyla Nunes de Deus, **A Organização da Guarda Nacional no Espirito Santos**, entre 1831 a 1871. P. 22.

O escandaloso na organização de nossa milícia cívica [estava] em que se fez questão de agregar em suas fileiras, uma promiscuidade distoante dos costumes nacionais, o 'fidalgo' ao lado do tendeiro e, mais ainda, em admitir que um escravo pudesse ser comandante de seu antigo senhor<sup>40</sup>.

Posteriormente, tal regra foi alterada, privilegiando assim alguns ricos que pagavam equivalentes a um mês de soldo, e comprava uma boa patente na Guarda, meio esse que se tornou recorrente para a arrecadação de fundo para a Guarda. Como muitos autores apontam essa era uma forma de crescente corrupção na instituição sendo uma forma de diferenciação entre serviços ordinários e de reserva<sup>41</sup>. O serviço ordinário caía sobre os pobres trabalhadores, e os de reserva ficavam a cargo dos ricos e de alguns incapazes fisicamente.

Assim, pela Lei n. 602, de 19 de setembro de 1850, a matéria foi regulamentada, ficando estabelecido que todos os oficiais da Guarda nacional tivessem patente e por ela pagassem, além do selo, a quantia equivalente a um mês de soldo, igual a dos oficiais de 1ª. linha, de igual posto<sup>42</sup>.

Juntamente com a criação da Guarda Nacional, a lei de 18 de agosto de 1831 extinguiu os Corpos de milícias, guardas municipais e ordenanças. Logo, a Guarda Nacional, pode ser vista como uma continuação – ou nova denominação – das forças de 2ª Linha<sup>43</sup>. O serviço que tais corpos de 2ª linha desempenharam antes ficou a cargo da Guarda Nacional, que se criara. Assim, os guardas nacionais executavam serviços ordinários dentro do município, além de serviços ordinários de destacamento fora do município (estes eram remunerados) além de trabalho de auxílio ao Exército de primeira Linha. Porém, não houve delimitação dos serviços dos guardas, que iam desde a captura de presos, a destruição de quilombos e buscas de negros fugidos, serviços que eram requisitados pelos juízes de paz e delegados. Segundo sua lei de criação as “Guardas Nacionaes estarão subordinadas aos Juizes de Paz, aos Juizes Criminaes, aos Presidentes das Provincias, e ao Ministro da Justiça”<sup>44</sup>. Logo, não era subordinada, portanto, ao Ministério da Guerra, o que impossibilitava sua utilização para levar a cabo ações que pudessem interferir no cenário político regencial.

A Guarda Nacional, para alguns autores, tem suas distintas fases, A primeira fase, segundo Farias (1977) se deu no início de sua criação em 1831 que é:

<sup>40</sup> MOURA, Denise; **A Farda do Tendeiro: cotidiano e recrutamento no império**. Pag. 40.

<sup>41</sup> Autores, como Auxiliadora Faria e Vitor Nunes Leal, apontam como sendo a forma mais clara de se ter vários coronéis nesse país, foi à compra de patentes na Guarda Nacional, criando uma rede de dependência e de mandos e desmandos no país, pois esse estado de coronel dava “plenos direitos” ao mesmo, que seria “padre, juiz e policial” na localidade que o mesmo residia.

<sup>42</sup> MOURA, Denise; **A Farda do Tendeiro: cotidiano e recrutamento no império**. p. 45.

<sup>43</sup> SCHIMTT, Anderson Marcelo, **Guarda Nacional na Guerra dos Farrapos: A Formação das Tropas Farrroupilhas**, Rio Grande do Sul: FURG, 2012

<sup>44</sup> Trata das atribuições dos Juízes de paz para o alistamento de pessoas para Guarda Nacional, ler em FARIA, Maria Auxiliadora, **A Guarda Nacional em Minas: 1831-1873**, Curitiba, UFPR, 1977.

“A primeira dessas posições entende a Guarda Nacional desde o momento de sua criação como instrumento político-militar das classes dominantes. A Milícia é apresentada como força anti-Exército, para sustentar militarmente a estrutura econômica do país, fundada no latifúndio e na mão-de-obra escrava.”<sup>45</sup>

Esta fase mostra uma inserção das camadas populares, que lutaram para manter a ordem do novo regime, pois o povo agiu na pacificação nacional, período conhecido Maioridade, porém por uma lei que foi lançada em 1832 essa inserção popular fora questionada e modificada ano depois. Nesse período a Guarda Nacional é requisitada a implantar a disciplina no território, contendo e indo de embates a conflitos que fossem contrários ao regime, eis que surge a figura do soldado, seguindo nessa premissa segundo Foucault,

O soldado tornou-se algo que se fabrica; de uma massa informe, de um corpo inapto, fez-se a máquina de que se precisa; corrigiram-se aos poucos as posturas; lentamente uma coação calculada percorre cada parte do corpo, se assenhoreia dele, dobra o conjunto, torna-o perpetuamente disponível, e se prolonga, em silêncio, no automatismo dos hábitos; em resumo, foi "expulso o camponês" e lhe foi dada a "fisionomia de soldado"<sup>46</sup>.

Em 1850 com a lei 602 de 19 de setembro, o corpo superior da Guarda Nacional, sofreu uma aristocratização em seus quadros dirigentes, desembocando em um órgão “eleiçoeiro<sup>47</sup>”, pois antes os negros alforriados poderiam ser chefes de seus antigos donos, sendo que isso figurou numa “breve tentativa de igualitarismo social e racial”<sup>48</sup>, já que a lei quebrou toda uma estrutura liberal que permaneceu inalterada desde os primeiros anos da Regência até 1850. Maria Auxiliadora Farias (1977) mostra em um trecho de seu trabalho as críticas à forma de escolha desses chefes, e salienta a forma “correta” de escolha do mesmo. Segundo o presidente da província Mineira, Manoel Dias de Toledo:

[...] A criação da G. N. sob princípios tão democráticos é intuição digna de um país livre; mas não poderá ella degenerar? não está ella sujeita à muitos a abusos factais à causa publica? Ainda suppondo que todos os nossos guardas nacionais em curto tempo de Educação Constitucional tenham já adquirido o hábito das virtudes cívicas, a ponto de passarem com patriótica resignação de um posto superior ao de simples guarda, nós devemos considerar que a Força Armada obra a mais das vezes segundo os desejos e as opiniões dos respectivos chefes. Se o governo não tem presentemente a menor ingerencia na escolha desses chefes, següe-se que ver-se-ha muitas vezes na necessidade de depositar a sua confiança em alguns indivíduos, que contra a geral especção forem elevados aos postos ou por effeito de intriga, ou por vertiginoso espírito de partido, ficando assim completamente ;Iludidas as mais lisongeiras esperanças do país. Creio pois que

<sup>45</sup> FARIAS, Maria Auxiliadora, **A Guarda Nacional em Minas: 1831-1873**, Curitiba, UFPR, 1977. p. 2.

<sup>46</sup> FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir**, O nascimento da Prisão, tradução de Raquel Ramallete- Petropólis, ed. 29: Editora Vozes, 2004. P. 116.

<sup>47</sup> Conceito retirado da dissertação de Maria Auxiliadora Farias. Que trabalha a Guarda Nacional em Minas Gerias, desde 1830 a 1873.

<sup>48</sup> FARIAS, Maria Auxiliadora, **Guarda Nacional em Minas Gerias**, 1831 a 1873. UFPR, 1977. P 5.

é necessário reformar-se a Lei, para que o Governo da Província seja auctorizado a nomear todos os officiaes dos corpos (como já nomeia os coronéis de Legião) precedendo informmação ou proposta dos respectivos chefes, e assim também, o discreto uso dessa auctoridade não só remmoverá muitos obstáculos, que se opõem à complecta organização da G. N., mas também dirigirá no sentido da Ordem e da Liberdade o nobre entusiasmo<sup>49</sup>.

A citação acima demonstra o quão era “errado”, isso na visão dos magistrados, a forma de escolha dos chefes que estavam à frente da Guarda Nacional, sendo os cargos nomeados pelos presidentes de província e governadores.

As modificações das regras de acesso aos postos de liderança foram mais marcantes no processo de aristocratização dos quadros dirigentes e da transformação da Guarda Nacional em milícia que pregava a troca de favores entre interessados em adentrar no órgão com os governantes locais. As nomeações substituíram as eleições, sendo assim um fator político que influenciava na patente dos oficiais, e foi proposta a vitaliciedade dos cargos por muitos em diversas províncias. Desse modo, os mesmos não corriam o risco de serem perseguidos por apoio a outros candidatos que fosse partido diferente ao do Presidente de Província. Observamos que a centralização do poder político imperial fica bem nítida e os desmandos dos juízes de paz e presidentes de Província, no qual se utilizava dos guardas nacionais, esses que eram subordinados a eles.

A reforma de 1850, não alterou este caráter de policiamento ordinário e não trouxe aos recrutados esperanças de remuneração, contrariamente, serviu para ligar mais intimamente a instituição à epiderme do mandonismo local, cujos grupos rurais dominantes passaram a contar com mais um instrumento de força e desmando, sendo esse o motivo da reforma na lei de criação da Guarda Nacional<sup>50</sup>.

A reforma da Guarda poderia ser ouvida em diversos lugares, como por mulheres que viviam sem seus maridos, roças abandonadas pelos seus donos, pois a bandeira que antes era motivo de orgulho e patriotismos, agora era vista como maus presságios<sup>51</sup>. Logo, a instituição tomara uma conotação de castigo para muitos lavradores, porque os mesmos perdiam tempo nos serviços ordinários, uma vez que poderiam estar cuidando da lavoura e da plantação que dava os devidos lucros. Pois com a:

<sup>49</sup> FARIAS, Maria Auxiliadora, **Guarda Nacional em Minas Gérias, 1831 a 1873**. UFPR, 1977. p.33.

<sup>50</sup> CASTRO, Jeanne Berrance de. **A milícia cidadã: a Guarda Nacional de 1831 a 1850**. São Paulo: Ed. Nacional, 1977. P. 37.

<sup>51</sup> Quebrando a ótica ideológica que tentaram implantar na cabeça de muitos no período, pois segundo Foucault no Livro Vigiar e Punir essa “arte do corpo humano, que visa não unicamente o aumento de suas habilidades, nem tampouco aprofundar sua sujeição, mas a formação de uma relação que no mesmo mecanismo o torna tanto mais obediente quanto é mais útil, e inversamente”. P 118.

Lei de reforma da Guarda Nacional de 1850 alargando o universo de pessoas isenta do serviço ativo e substituindo o oficialato eleito pelo meramente nomeado favoreceu muitos senhores de lavouras e escravos, fazendo pesar nos ombros do tendeiro, sitiantes, trabalhadores livres e mascates o cumprimento de um serviço que não previa remuneração e promovia a interrupção brusca de tarefas ligadas à sobrevivência cotidiana. Determinava a lei que todos aqueles que servissem nos limites do município, não teriam direito a soldo algum. Principalmente os pequenos nos sitiantes sem escravos eram os mais afetados<sup>52</sup>.

Esses lavradores viviam em pequenas propriedades, que forneciam subsídios para as grandes propriedades, como feijão, milho entre outros alimentos de substancial importância, e reclamavam dos recrutamentos para prestar serviços a Guarda Nacional, pois esses não eram remunerados:

Pella maior parte os guardas o são igualmente e se lhes torna muito prejudicial a falta de sua pessoas nas suas lavouras, porque estes homens em grande parte não possuem escravos trabalham com seus braços, a mesma população sente a falta de todos os mantimentos que estes vendem na cidade<sup>53</sup>.

Os serviços ordinários caíam nos ombros dos pobres que foram alistados nas ordenanças e que faziam o serviço pesado, sendo que os ricos ficavam nas reservas, com a desculpa de que tinham mais tempo para estar frente do aparelho burocrático que compunha a Guarda. Tendo na ótica administrativa que os “quartéis: é preciso fixar o exército, essa massa vagabunda; impedir a pilhagem e as violências; acalmar os habitantes que suportam mal as tropas de passagem; evitar os conflitos com as autoridades civis; fazer cessar as deserções; controlar as despesas”<sup>54</sup>. Nessa premissa que o governo fazia com que os pobres trabalhassem mais do que a “elite” detentora de prestígio e poder.

Podemos notar outros fatores no tocante ao órgão, pois é perceptível certo desdém dos que participavam da Guarda Nacional. Os relatos de 1857 dão conta do “estado deplorável” da milícia:

Nos dias solenes apresentavam-se os guardas não só sem uniformes, mas trajados de uma maneira ridícula e altamente ofensiva da dignidade própria de uma instituição do país. É este um fato que ninguém ousará negar porque toda a população desta cidade pode atestar sua veracidade.

Vemos a falta de recursos na manutenção do aparato Burocrático da Guarda Nacional, pois o governo não manda recursos para manutenção dos armamentos e muitos dos guardas não tinham o fardamento completo, como também a falta de instrutores, dificultando ainda mais os serviços ordinários da Guarda Nacional nas Províncias. Algo que fica bem claro no trecho de um relatório de Presidente de Província do Estado do Espírito Santo: E nem se conte com a Guarda Nacional para todos os serviços de polícia. Há muita diferença entre o homem

<sup>52</sup> MOURA, Denise; **A Farda do Tendeiro: cotidiano e recrutamento no império**. Pag. 44.

<sup>53</sup> *Idem*;

<sup>54</sup> FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir**, O nascimento da Prisão, tradução de Raquel Ramallete- Petrópolis, ed. 29: Editora Vozes, 2004. P.122.

que consagrou a vida das armas, ordinariamente solitário na vida, abraça por vocação e soldo a profissão e os vaivéns da milícia e o indivíduo que arrancado por ordem repentina e às vezes com surpresa aos trabalhos pacíficos da lavoura ou de outra indústria, às doçuras do lar doméstico, às suaves alegrias da vida de família, tem de prestar com constrangimento um serviço inteiramente alheio aos seus hábitos, profissão e tendências<sup>55</sup>.

Segundo relatos dos Presidentes da Província, não se podia contar com a Guarda Nacional, em ocasiões extraordinárias, pois a ela faltava uma disciplina. A instituição se destacava pelo espírito de partido dentro do Império, e segundo relatos da época tudo desvirtuava e estragava, sob o pretexto do sacrifício à justiça, ao capricho de uma afeição, a uma camaradagem eleitoral, pelos fatos esses já apontados por Maria Auxiliadora Farias<sup>56</sup>.

Foi nessa camaradagem que surgiram os recrutamentos por amizade, sendo que a Guarda Nacional metamorfoseara-se de milícia cidadã para milícia *eleiçoeira*, instrumento dos caprichos de oficiais de patente comprada. O recrutamento de um camarada não implicava apenas no prejuízo material da interrupção do serviço, mas em afetações ligadas aos brios dos participantes. Ajustar serviços com senhores modestos ou de muitos cabedais envolvia laços de amizade e vicinais, familiarizando a relação e revestindo-a de conteúdos morais e afetivos. Tendo esse fato contribuído de forma negativa para o órgão as relações de trabalho entre os anos 1850-1888 embaralhavam-se num movimento descontínuo e perpassado por violências, acomodações, convivência muito próxima e paternalista com cativos e trabalhadores livres, intensos debates em termos institucionais, criação de leis visando formalizar as relações de trabalho, a vinda de imigrantes europeus, tensões e resistências de escravos e homens livres. Isto denota toda uma conjuntura política social em que a Guarda Nacional foi inserida desde a sua criação em 18 de agosto de 1831, até a sua aristocratização e formulação dos quadros que compõem os oficiais de alta patente, com a lei 602 de 19 de setembro de 1850.

A Guarda Nacional, a partir de suas distintas fases, foi se transformando em um mecanismo de formação do Estado brasileiro, pois a partir das Províncias foi extinta e incorporada ao Exército, deixando fortes marcas na criação do Estado nação. Vemos que é intrínseca a não linearidade da Guarda Nacional; já que a mesma foi implantada nas Províncias em épocas e contextos históricos distintos, por isso não tratamos a criação da Guarda em todo o Brasil de forma homogênea, pois os fatos aqui apresentados fogem a essa cronologia. Como o trabalho se fecha na Província do Piauí, onde a guarda só foi implantada

<sup>55</sup> MOURA, Denise; **A Farda do Tendeiro**: cotidiano e recrutamento no império. PP 55-6.

<sup>56</sup> FARIAS, Maria Auxiliadora, **A Guarda Nacional em Minas 1831 a 1873**. UFPR, 1977, p. 98.

no ano de 1844, bem diferente das demais províncias, tendo no seu bojo medidas e leis que perpassaram ao território nacional, a instalação do órgão no Piauí se transfigurou de forma desconexa e heterogênea, devido à precariedade dos meios de comunicação e as dificuldades de homogeneização dos corpos de milícia. Como deixa claro o relato de Presidente da Província do Piauí, Silveira da Mota.

Este, e outros inconvenientes, que se notão na Guarda Nacional desta, e de outras provincias do Imperio só poderão desaparecer quando o Poder Legislativo Geral, entender que convem harmonisar, em todo império a organização dessa força cívica<sup>57</sup>.

Mostrando toda uma figuração própria dos corpos formadores da Guarda Nacional, em todo o território, com diferenciações no que tange as leis que adentraram e nas concretizações das mesmas, que refletem o diferencial da guarda nas províncias mais longínquas do Império; desde o seu nascimento, pós-abdicação; até os decretos leis que moldam a Guarda, que nas províncias eram recebidos de forma fragmentada, e às vezes, as mesmas ainda utilizavam-se, de decretos já ultrapassados nas demais províncias.

---

<sup>57</sup> Relato do Presidente da Província do Piauí, Silveira Mota, retirado do site <http://catalog.crl.edu/provincia/piaui> .22/05/2014

## 1.1 Conflitos no Período Regencial.

Depois de uma série de percalços e fatos que abalaram a reputação de imperador de D. Pedro I, dentre o quais a derrota na Guerra de Cisplatina<sup>58</sup>, altas taxas de inflação, conflitos de comerciantes portugueses com a camada mais pobre, terminando com a noite das Garrafadas<sup>59</sup>, o mesmo abdica e vai ocupar o trono de Portugal. Esses fatos acirram os ânimos dos brasileiros, que sofrerão ardorosamente com as influências da Revolução Francesa, que se configura no episódio, um determinado navio, no qual trazia no seu mastro uma bandeira azul, branca e vermelha, que trazia na haste o símbolo com cores características da insurreição em Paris, em julho de 1830, que foram as Três Jornadas de Julho. A França passou a designar-se pela mesma “oposição liberal como pátria das Luzes, da civilização, e exemplo de liberdade para o mundo”<sup>60</sup> sendo uma forte influência para a política brasileira, podendo salientar que esses “influenciados” escolhiam de que tipo de ideologia política estaria florescendo no Brasil de então. Depois desse episódio se instala as regências, nas palavras de Constant, que lhe enviara uma carta anos antes lhe dizendo o que fazer para manter o poder monárquico no Brasil: “D. Pedro I deve abdicar do trono do Brasil, em nome do príncipe herdeiro, e deixar uma Regência sábia e moderada governando durante a menoridade.”<sup>61</sup>.

---

<sup>58</sup> A Guerra da Cisplatina foi um conflito armado entre Brasil (Império do Brasil) e Províncias Unidas do Rio da Prata (antigas províncias do Vice-reinado espanhol do Rio da Prata), ocorrida entre 1825 e 1828. A região era motivo de disputas entre Portugal e Espanha desde o final do século XVII. Até 1816 a região foi território espanhol. Porém, em 1816, ela foi invadida e anexada a coroa portuguesa. No ano de 1825, com apoio da Argentina, o general Juan Antonio Lavalleja deu início ao movimento pela emancipação da Cisplatina. Líderes militares da Cisplatina declararam a independência da região do controle brasileiro. Não concordando, Dom Pedro I, imperador do Brasil, declarou guerra contra o movimento emancipacionista em 10 de dezembro de 1825. A Guerra durou três anos, gerando ao Império Brasileiro enormes gastos financeiros, além de perdas humanas. Disponível no site [http://www.historiadorbrasil.net/resumos/guerra\\_cisplatina.htm](http://www.historiadorbrasil.net/resumos/guerra_cisplatina.htm), 22/03/2014.

<sup>59</sup> A Noite das Garrafadas foi um episódio histórico do período do Brasil Imperial. Tudo começou no dia 20 de Novembro de 1830, com o assassinato do jornalista Líbero Badaró, fundador do “Observador Constitucional”, um periódico liberal, e conhecido por denunciar o autoritarismo de D. Pedro I em suas matérias. A pressão ocasionada por esta situação fez com que D. Pedro viajasse para Minas Gerais em fevereiro de 1831. Porém, em cada cidade por onde passava ouvia os comentários de insatisfação do povo pela morte de Líbero Badaró, e ao mesmo tempo em que encontrava hostilidade por parte do povo mineiro, e de volta a Rio de Janeiro, no dia 13 de Março, os portugueses organizaram uma festa de boas-vindas para D. Pedro, com o objetivo de promover suas ideias absolutistas e de tentar reanimar o governador. Aconteceu, porém que um conflito culminou com os ataques dos revoltosos liberais que utilizaram pedras e garrafas para destruir a ornamentação preparada para a recepção da Caravana Real, os portugueses refugiaram-se em suas casas atirando de lá pedras e garrafas quebradas nos liberais, dando o nome ao episódio. Fragmento retirado do site [http://www.historiadorbrasil.net/resumos/noite\\_garrafadas.htm](http://www.historiadorbrasil.net/resumos/noite_garrafadas.htm) 22/05/2014

<sup>60</sup> MOREL, Marco, **O Período das Regências (1831 1840)**, Zahar, Rio de Janeiro, 2003.

<sup>61</sup> Carta de Benjamin Constant, que é destinada ao imperador a tomar essa decisão para manutenção da monarquia e o do status quo. Carta contida no Livro MOREL, Marco, **O Período das Regências (1831 1840)**, Zahar, Rio de Janeiro, 2003 p. 12.

Assim começa no ano de 1831 a 1840 o Período Regencial. Mas nesse pequeno espaço de tempo alguns acontecimentos políticos sociais abalaram o país, revoltas se deram em várias partes do Brasil, de Norte a Sul, do Pará ao Rio Grande do Sul, pois se vivia uma efervescência de ânimos, e na culminância da quebra do poder centralizador de séculos, nunca fato igual tinha acontecido desde a ocupação portuguesa, possibilitando assim a explosão de expressões públicas.

No período que vai de 1831, com a abdicação do antigo imperador até as instalações de Regências, como a Regência Trina Provisória, Regência Trina; Regência Permanente e Regência Una, é marcado pela importância do Ministro da Justiça, o Padre Diogo Feijó, que assumira com superpoderes, como de um primeiro-ministro. Logo, em 1835 no pleito para se escolher o regente uno, Feijó ganha de Holanda Cavalcante de Albuquerque, esse que ocorreu em eleições diretas, tendo aptos eleitores para isso, lembrando que o voto era censitário. Nas principais transformações do período, Feijó criou a Guarda Nacional, “voltada para o fortalecimento dos proprietários e senhores locais e o poder central<sup>62</sup>”, nesse período motins e sedições se espalhavam por todo o país, de Norte a Sul.

A sociedade vivia politicamente multifacetada, de um lado liberais, do outros conservadores e de outro lado, os que compunham mais uma fatia de um “racha social”: os restauradores, que usavam a imprensa para suas discursões. Porém, não havia ainda uma noção de partidarismo, pois essa noção de partido refletia no período uma visão de inimigo da pátria, pois transmitia uma possibilidade divisionista, que não se encaixava em uma nação que buscava a independência.

Nessas multiplicidades de visões políticas, explodem vários conflitos e sublevações nas províncias, pois partiram dos cabanos, farroupilhas, Balaios...Um conjunto de iniciativas que abalaram os dois primeiros anos da Regência. A revolta denominada de Cabanagem, que teve como local de surgimento as províncias do Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba Pernambuco e Alagoas, tinham o objetivo de ser uma iniciativa de separação do resto do Império, ocorrendo no período de 1832-1835, um movimento capitaneado de início por restauradores, porém, de cunho rural. Já a Cabanagem que ocorrerá no Pará no ano de 1835-36, envolveu camadas populares, como lavradores, militares e grande quantidade de índios, caboclos e escravos, se diferenciado por criticar a centralização do governo imperial e combater os privilégios grupos locais.

---

<sup>62</sup> *Idem*, p 29.

Essas revoltas contestatórias eram sempre de carácter revolucionário, com uma caricatura que se desenhava/metarmoforzeava-se de diferentes contextos, teve o federalismo, conflitos de cor e o liberalismo radical como pontos principais. Logo, pegando esse seguimento que foi um dos panos de fundo para um número significativo de sublevações- o conflito de cor- temos as revoltas negras que causaram um impacto, como exemplo a das Carrancas (Minas Gerais, 1833), do Malês (Bahia 1835) e de Manoel Congo (Rio de Janeiro, 1838) que não acabaram com escravidão, mas que mexeram e deram maior visibilidade ao negro, pondo certo medo e receio a sociedade não escrava, dando pano para debate e medidas para o fim do tráfico de negros.

Nunca na história do Brasil, se teve maior aglutinação de conflitos, sublevações e revoltas com norteamo político social do que no período regencial, com vários atos de violência em um largo espaço de terra. A Guarda Nacional foi um dos mecanismos de enfrentamento do Império ante a essas sublevações, sendo usadas até em Canudos, já no século XX. A Guarda, instituição de cunho liberal, ai as batalhas, a mando do Governo, mais com intuito de assegurar o *status quo* dos grandes latifundiários e escravocratas, que davam suporte aos guardas nacionais, pois, era uma forma de manter o poder em nome de poucos. Como é sabido de todos; as leis que compõe a Guarda são bem fatídicas, manter a ordem e a lei, tendo no seu bojo o intuito de manutenção do poder vigente.

## **2. GUARDA NACIONAL: Instalação e Estruturação do Aparelho de Defesa na Província piauiense.**

A Guarda Nacional foi criada em 1831, primeiramente, na Província de São Paulo e só depois no Rio (capital do Império) sendo implantada no território nacional, anos depois da sua criação, e assim foi instalada no restante do Brasil. Essa efetiva instalação foi desconexa, fragmentada, devido à precariedade dos meios orçamentários, e pelo grande território que compõe o Brasil. Ainda podemos colocar nessa lista a construção da identidade nacional<sup>63</sup> que seguia ainda atrelada a uma ótica colonialista e monarquista; tendo no seu bojo a noção de fortificação dos poderes locais. Essa ótica colonial que tinha interstícios de deliberação e institucionalização dos poderes dados aos chefes dos interiores simbolizou um poder recheado de precariedades físicas, jurídicas e sociais; já que nesse contrato social firmado entre as esferas do poder era fixado uma troca de favores e obtenção de títulos.

Tais desconexões na criação das unidades da Guarda Nacional estavam, interligadas fisicamente a precariedade de comunicação, meios orçamentários, que se fizeram presentes anos mais tarde nos relatórios de Presidentes que transcreviam a situação das Províncias que compunham o Império. A Guarda Nacional sofria com essas precariedades nas mais distantes Províncias, tendo na distância do epicentro burocrático o entrave maior, pois alguns decretos não chegavam às mãos da corte, com a mesma velocidade que chegavam às Províncias que estavam mais perto do Império.

Os relatos sobre tais assuntos fazem parte dos relatórios mensais, escritos por Presidentes no gozo de suas atribuições e que mencionam a condição física do corpo burocrático do Piauí e demais províncias, apontam as intempéries das quais os administradores passavam para administrar as províncias mais distantes do Poder Central.

---

<sup>63</sup> Essa identidade ainda se fixava no epicentro político, as demais províncias ainda viviam em outra ótica, diferente e fora dessas contentas ideológicas.

## 2.1 Principais problemas da Guarda Nacional na Província do Piauí.

Diante das más condições em que se achava a Província do Piauí, se deu a criação da Guarda Nacional na Província do Piauí em meados dos anos de 1843, sendo implantada em Oeiras, que era a capital da supramencionada província. A Guarda Nacional foi aqui organizada por nomeação do Presidente de Província José Ildfonso de Sousa Ramos, [...] Era filiado ao Partido Conservador, que desta vez por seu intermédio, queria firmar raízes em terras piauienses [...] Mal assume as funções, propõe a substituição dos vice-presidentes da Província todos do Partido Liberal [...] <sup>64</sup>. Sousa Ramos, como era mais conhecido no território piauiense, montou o aparato miliciano na Província, nos primeiros dias de mandato.

Logo em seguida oficiava a todos os juízes de paz para que suas freguesias organizassem Conselho de Qualificação formado de seis eleitores e presidio Juiz de paz, em observância à Lei de 18/8/831 [sic] que criou a Guarda Nacional em substituição dos extintos corpos de Milícias, Guardas municipais e Ordenanças. Esse conselho de Qualificação, em obediência a mesma lei, deveria ser reconstituído todos os meses de janeiro, a fim de ser feito o alistamento da Guarda Nacional, e ainda em conformidade com a Resolução de 25/10/1832 <sup>65</sup>.

Percebemos que no caso da Província do Piauí, a Guarda foi criada nos moldes da resolução de 1832 <sup>66</sup>, que quebrava o ensaio democrático vivido por algumas províncias no ato da criação da Guarda Nacional em 1831, já que a lei não permitiu a homens de cor/ pessoas sem renda possuir altas patentes, criando critérios mais rígidos para adentrar na Guarda. Para ingressar na corporação tinha que ser votante/ e preencher os requisitos para ser votado, ou seja, ter uma renda fixa por ano <sup>67</sup>. Devido às oscilações da moeda vigente no Império, segundo Maria Auxiliadora Farias, esta não tinha uma valorização monetária crescente, e nem ao menos estável, por isso muitos ainda podiam adentrar no corpo miliciano, devido ao fluxo oscilante e da desvalorização monetária na época <sup>68</sup>. Dessa forma não havia uma quebra

<sup>64</sup> Tem se firmado nesse período um briga partidária entre Liberais e Conservadores, na Província do Piauí, que se encontra no livro de NUNES, Odilon, Pesquisa para História do Piauí: Lutas Partidárias e Situação na Província. Vol. 4, Teresina: Fundapi, 2007.

<sup>65</sup> NUNES, Odilon, Pesquisa para História do Piauí: Lutas Partidárias e Situação na Província. Vol. 4, Teresina: Fundapi, 2007, pag. 16.

<sup>66</sup> Lei que estabelece uma apresentação de renda para adentra na Milícia, sendo que possui mais de \$ 400 réis, de renda por ano, este ocupava patente maiores, e quem possui renda de \$ 200 réis por ano, ficava com patentes menores.

<sup>67</sup> Segue em anexo o decreto lei da Guarda Nacional que determinar a renda. Pelo artigo 9.º da Lei 602, de 91 de setembro de 1850 (anexo 4), "serão alista- dos para o serviço da Guarda Nacional em todos os municípios do Império: • §1.º — os cidadãos brasileiros que tiverem a renda necessária para votar nas eleições primárias e a idade maior de 18 e menor de, 60 anos". Disponível no FARIAS, Maria Auxiliadora, **Guarda Nacional em Minas Gerias, 1831 a 1873**. UFPR, 1977. P. 42.

<sup>68</sup> Farias, defende essa tese de que a desvalorização da moeda racha essa lei, e não impede que artesões, alfaiates de formarem o grosso da milícia.

definitiva do ensaio democrático que nasce no cerne da Guarda Nacional, pois Maria Auxiliadora (1977) nos fala de uma democratização no corpo miliciano, corroborando, em parte, com a vertente sustentada por Berrance de Castro<sup>69</sup>, que mostra que ora tínhamos homens de cor pobres, e ora tínhamos homens de cor que tinham/exerciam algum ofício que lhe dava renda para adentrar na corporação.

O processo “evolutivo” da Guarda, ou seja, sua trajetória de força civil paramilitar<sup>70</sup> para Milícia *eleiçoira*<sup>71</sup> relaciona-se diretamente aos processos políticos que legitima essa alternância na vida política brasileira das duas tendências: centralização-descentralização, traduzidas ao nível político-partidários em conservadores e liberais<sup>72</sup>. Sendo que aqui na Província do Piauí só se viveu essa dualidade em 1844, antes dessa data, o partido Liberal era majoritário, já que pelo que percebemos nos discursos de Odilon Nunes, o partido conservador tomara fôlego e corpo após a supramencionada data.

A alternância no poder se dava pelo fato do Poder Central não ter confiança plena nos órgãos de defesa (Exército)<sup>73</sup> que faziam parte do Império, e que sofriam com a pecha de órgão com alto grau de despotismo e corrupção. Tais fatos geraram desconfiança e medo aos magistrados, e esse foi um dos motivos da implantação da Guarda Nacional, na Província Piauí, como no restante do país. Percebemos que essa briga chega aos motes partidários, que se acirra com a falta de unidade, essa ocorreu logo após a entrada do partido conservador na Província do Piauí. Essa dualidade ideológica partidária influencia na organização do órgão de defesa, porém, no que tange a instalação a mesma continua estancada. O relatório do Presidente da Província Sousa Martins explicita a precariedade da fixação de guarnições da Guarda Nacional na Província:

A Guarda Nacional: continua a encontra tropeços em sua formação, oriundo talvez da intervenção de autoridades, a quem a lei tem incumbido deveres a ella relativos. Apesar de enérgicas ordens da Presidencia ainda se achão por

---

<sup>69</sup> Para Berrance, a Guarda encerrou o ensaio democrático quando instalaram o decreto lei de 1832, que previa uma renda anual específica para adentrar nas fileiras da Guarda Nacional, para Farias; esse ensaio não foi ceifado tão abruptos assim; pois, com a desvalorização da moeda corrente esse ensaio democrático durou mais tempo, e foi adentrando nas fileiras da instituição e formando o grosso da Guarda Nacional.

<sup>70</sup> Conceito defendido de uma milícia que tinha instruções militares, sem a perda da denominação civil, pois, era composta de “população” brasileira.

<sup>71</sup> Termo utilizado na época, para definir o órgão que se tornara um meio do sustento de votos, de início dentro da corporação, e outrora fora dela, nas eleições municipais e Estaduais.

<sup>72</sup> FARIA Maria Auxiliadora, **A Guarda Nacional em Minas: 1831-1873**, Curitiba, UFPR, 1977. P. 16.

<sup>73</sup> “... a criação da Guarda Nacional importava em a limitar (sic) ação do exército à guerra externa o que feria de fato e de frente, o texto constitucional”. FARIA Maria Auxiliadora, **A Guarda Nacional em Minas: 1831-1873**, Curitiba, UFPR, 1977. p 5.

organizar, os Corpos do Municipios do Poty, S. Goncalo, e Marvão: dest'ultimo tendo se remetido a Presidencia o resulttado dos respectivos trabalhos, e observando-se nelles defeitos e irregularidades, necessario foi sanar, madando proceder a novo trabalhos. A mesma Guarda, achase carecida de instrucção, em consequência da falta de armamento, que se lhe distribui<sup>74</sup>.

A Guarda Nacional aqui implantada, ainda sofria com falta de estrutura tanto em nível de espaço físico como de treinamento para os soldados, demonstrando o carácter de desassistência vivido pela Guarda. Como exposto pelo Presidente da Província Sousa Martins, no que tange a corporação da Guarda Nacional a mesma “Carecia de instruções (sic) [...] que eram necessárias para sanar as necessidades que ficaram latentes na corporação, depois os corpos de policias foram substituídos pelos guardas-nacionais”. Porém, os segundos não tinham instruções militares, e nem ao menos armamentos, o que demonstra as formas paupérrimas das instalações, que se vivenciavam na Província, às precariedades eram dos mais diversos recursos, tanto físico como militar, pois a Guarda não tinha condições de dispor e montar um aparato bélico para corporação, nem ao menos uma milícia treinada. Segundo o Presidente Sousa Martins:

Divor-hei em primeiro lugar, pie a nossa Provincia goSa felismente da tranquilidade publica em geral. A imoralidade(sic), que se tem affotamente desenvolvido todas as partes do Imperio tem como tudo apresentado em varios pontos da Provincia, principalmente nos extremão com as visinhas, scenas desagradáveis, e revoltantes a rasão, e a natureza, como sejão cruéis assici... roubos, e desordens em menos cabo das leis, e auctoridade constituida pela falta de Destamentos permanentes, que farão aquellas exequíveis, estas respeitáveis, o nas circunstancias de poderem perseguir, e prender os facinorosos, que de ordinario se evadem impunes e vaidosos de terem perpetrado<sup>75</sup>.

O mesmo Presidente nos relata o porquê da questão, o orçamento não era suficiente para a criação da Guarda Nacional em toda a Província piauiense. Assim foram organizadas só quatro companhias nos municípios de Jerumenha, Campo Maior, Parnaíba e Jaicós no total de 1092 praças. O presidente Sousa Martins,

Mandou criar as Guarda de Policias a custas do Cidadãos, que voluntariamente se quisessem contribuir, pela carencia de prestacoens dos mesmo sendo pouco sufficiente o corpo dos Permanenttes desta cidade pelo diminuto numero de suas praças indispensáveis a guarnição da mesma, não existindo outra Tropa de linha mais, que o pequeno Destacamento da Vila e Porto de Parnahiba, inconcebivel he, Senhores, a estancar nesta Provincia, aberta por todos os lados, desastres de

<sup>74</sup> Relato do Presidente da Província do Piauí, Sousa Ramos, retirado do site <http://catalog.crl.edu/provincia/piaui> . 22/05/2014 .

<sup>75</sup> Retirado do site <http://catalog.crl.edu/provincia/piaui> . 25/04/2014

similhantes natureza, que so podem cessar a vista do castigo, e da seceridade legal<sup>76</sup>.

Vemos claramente, à precariedade financeira da Província, que se sente desprotegida de ataques de malfeitores. A Província do Piauí nessa época já tinha instalações de guardas nacionais, porém, era uma pequena guarnição que não tinha o poder de prover a proteção de toda a Província como um todo, por isso, as fronteiras por sua vez ficavam propícias a ataques de malfeitores. Não sendo só a Província do Piauí que sofria com a falta de recursos, pois outras Províncias também padeciam com a falta de armamentos e toda a indumentária necessária para a formação da Guarda Nacional. O conselheiro Joaquim José Rodrigues Torres retrata a falta de recursos:

Pelo Mappa que junto tenho honra de apresentar-vos, conhece, Senhor, que a Guarda Nacional na nossa Provincia esta quasi inteiramente desarmada. O armamento que perteceo às extinctas Milicia foi, por Ordem do Governo Central, mandado distribuir aos Corpos da Guarda Nacional, mas o que foi recolhido, além de ser insufficiente, acha-se quasi todo de modo arruinado que não he possivel servir sem ser previmente concertado. Mas, abtraido mesmo desta circunstancia, forão precisas cerca de 7,000 armas para completo armamento de todas as Legioes as quaes não poderão talvez custar menos de 50:000\$ réis, sem fallar e as espadas e pistolas, que para o mesmo fim são precisas<sup>77</sup>.

O relato do Conselheiro Joaquim Torres traz a tona essa situação do enfraquecimento do poder burocrático e econômico o que refletia decisivamente, em estância menor a defesa. Segundo o Conselheiro, naquele ano: “o que foi recolhido, além de ser insufficiente, acha-se quasi arruinado”[...] he possivel servi sem ser previmente concertado[...] sendo que foram “precisas cerca de 7,000 armas para completo armamento de todas as legioes e quaes não poderão talvez custar menos de 50: 000\$ réis, sem fallar nas espadas e pistolas[...]”. Notamos a falta de recursos para a construção da Guarda também na Corte. O relato abaixo expõe mais uma vez a precariedade:

“[...] Se excetuarmos a freguesia de Jaicós, todas as mais não tem matriz, ou as tem em estado ameaça ruína, como me consta das informações dos respectivos párocos que passo a expor-vos”<sup>78</sup>.

---

<sup>76</sup> *Idem*,

<sup>77</sup> *Ibidem*,

<sup>78</sup> NUNES, Odilon, **Pesquisa para História do Piauí: Lutas Partidárias e Situação na Província. Vol. 4**, Teresina: FUNDAPI, 2007. p. 18.

De acordo com Odilon Nunes, autor que relata as precariedades do aparato burocrático, a Província piauiense carecia de uma formação mínima especializada, para que assim se formasse o aparelho de defesa. O aparelho jurídico era montado muitas vezes em salões particulares, e que deixava sempre a dúvida se o mesmo poderia ser cedido para próxima audiência pública, pois eram usadas “casas alugadas, e outros [...] para o devido fim”.

Essa precariedade de recursos financeiros do Império era vista também no transporte, pois na Província do Piauí tinha-se o ideal voltado a ênfase no crescimento econômico através dos transportes, já “que só estrada de ferro ou navegação a vapor pelo Parnaíba seria meio eficaz para fazer a todo o Piauí imensas vantagens”<sup>79</sup>, tendo assim um incentivo fiscal para tal anseio.

Depois de muitos anos, aumentaram as reclamações pela “inópia do governo municipal”<sup>80</sup>, no que se refere a falta de obras e recursos para a Província, e assim tendo se generalizado para quase todas as Províncias que compunham o Império. No Piauí o Quartel do Corpo Fixo de Caçadores de 1º linha era desprovido de tudo, pois segundo Sousa Ramos, o mesmo era invadido até de “enxames de cobras”<sup>81</sup>.

Dessa forma vai sendo instalada a Guarda Nacional, sendo implantados os batalhões e Legiões nas principais freguesias, vilas e cidades do território piauiense, sempre a sombra das fazendas de gado, um dos meios mais significativos de sobrevivência e criação de status quo nas cidades provincianas que compõe o Piauí. No tocante a Guarda Nacional, e suas instalações nas vilas e cidades do Piauí, relatos do Presidente da Província, que estava em pleno mandato no ano de 1850, nos mostram ainda a precariedade do aparato físico de repressão, as cadeias, e a falta de lugar apropriado para aquartelar os guardas nacionais. Como retrata Silveira Mota, Presidente da Província:

“O corpo não tinha quartel nesta cidade (Oeiras), e foi de absoluta necessidade alugar uma casa com as acomodações necessárias para este efeito, em quanto não possível edifica-se uma, que sirva melhor de quartallamento”<sup>82</sup>.

<sup>79</sup> *Idem*, p. 19.

<sup>80</sup> Termo retirado do texto de Odilon Nunes; que retrata as precariedades dos que viviam, e pelo Presidente da Província e demais aqui viviam.

<sup>81</sup> Problema enfrentado pelo Presidente Sousa Ramos, no seu mandato.

<sup>82</sup> Relato do Presidente da Província do Piauí, Silveira Mota, retirado do site <http://catalog.crl.edu/provincia/piauí.22/05/2014>

A guarnição não tinha um lugar apropriado para fixar suas instalações, e nem cadeias para aprisionamento, além da falta de disciplina dos guardas, seguido da falta de instrução dos mesmos. A Guarda Nacional, ainda tinha um número exagerado de componentes pela maneira “viciada” de se realizar os recrutamentos mostrando a fragilidade no que cerne a efetivação de um corpo repressivo na Província. Toda essa desordem gerou ainda “embargo de estado de desorganização, e indisciplina para que muito tem concorrido a vitaliciedade dos postos, garantida pelas leis provincias (sic) de 1836, e 21 de Agosto de 1844”<sup>83</sup>.

O fator de maior indisciplina dos guardas nacionais era a desobediência às ordens superiores, já que havia a vitaliciedade do cargo, devido aos decretos como o de 1836 e 1844. E que deram total cobertura para a criação de laços de confiança e de “amizade”. Essas leis facilitaram e incentivaram a barganha eleitoral, já que o *mister* dessa vitaliciedade era a proteção de muitos que não tinham laços com o poder em vigência na época. Com isso, assegurava-se o cargo, pois antes dessa lei, havia uma perseguição aos guardas que não compactuavam com os mandos e “pensamentos partidários”<sup>84</sup> dos Presidentes em mandato.

Essas leis de vitaliciedade se perpetuaram para não haver cassação de patentes, sendo que a mesma beneficiou um número enorme de guardas que já tinham vínculos fortes com alguns Presidentes de Província. Esse vínculo se configurava numa questão simples de troca de favores e apadrinhamentos, já que os guardas com patentes de oficiais tinham uma significativa importância eleitoral, como exemplo coronéis, que eram também chefes de polícia do qual eram “... então, peças importantes nas decisões políticas nas províncias especialmente nas questões criminais e eleitorais<sup>85</sup>”, mostrando o grau de importância que os guarda assumirão frente ao sufrágio. Segundo Maria Auxiliadora Farias (1977), a lei de:

“1850, da regulamentação da vitaliciedade dos postos de oficiais, medida de segurança contra as possíveis investidas dos adversários políticos. As nomeações do oficialato, de acordo com o Capítulo II, Das nomeações para os postos, da referida Lei, vincula-se diretamente à Política Oficial, consolidando o caráter político eleioeiro que desde há muito vinha adquirindo a Milícia<sup>86</sup>”

<sup>83</sup> *Idem*,

<sup>84</sup> RÉMOND, René (org.). **Por uma história política**. Dora Rocha (trad.). 2. Ed. Rio de Janeiro: Editora, FGV, 2003. p. 89.

<sup>85</sup> Odilon Nunes, página 26, decreto de lei 183 42v Doc. De 10/9/1844.

<sup>86</sup> FARIAS, Maria Auxiliadora, **A Guarda Nacional em Minas, 1831 a 1873**, p. 35.

Notamos que essa lei aristocratizava<sup>87</sup> os postos dos oficiais da Guarda, dando legalidade à milícia como força política útil para um sistema já vigente, transfigurando uma submissão, agora ao ministro da justiça e aos Presidentes da Província, refletindo uma política centralizadora do Império. Percebemos que a aristocratização da Guarda Nacional, tinha o intuito de dificultar o acesso de pessoas não qualificadas aos postos de oficiais, lei essa que adentraria na Província do Piauí só depois da Guerra com o Paraguai. Essa lei de vitaliciedade do oficialato da Guarda, não era vivida e sentida em terras piauienses já em 1850, já que, segundo Agenor de Sousa Martins, a Província do Piauí sofria com “grandes distâncias geográficas e a ausência de canais naturais de comunicação<sup>88</sup>”, desta forma houve certa dificuldade de comunicação com o Poder Central, e para o estabelecimento da lei supramencionado. O Presidente da Província do Piauí, Pereira de Carvalho relata a situação da Província no ano de 1854:

*Guarda Nacional.*-A Guarda Nacional da Provincia consta de dez commandos superiores, 19 Batalhoes, 2 Seccoes do Batalhoes, e 12 Esquadroes do Cavallaria. Apesar do empenho, sue hei mostrado, não 'me tern sido possivel ate agora levar a effeito a reorganização da Guarda Nacional, como tanto conviria, concorrendo para sua conservação no máo estado, em quo se acha, a circumstancia de não haverem ainda chegado da Córte muitas patentes de Officiais superiores, logo porém que consiga remover esses obstáculo, me esforçarei, para que breve receba a devida organização<sup>89</sup>.

Vem à tona mais uma vez morbo das instalações da Guarda Nacional, e sua efetivação nos decretos supramencionados aos quais os relatos dos presidentes da Província piauiense fazem menção, que refletem as mazelas vividas por todo Império, e não só o Piauí.

---

<sup>87</sup> *Idem*,

<sup>88</sup> MARTINS, Agenor de Sousa, **Piauí: Evolução, realidade e desenvolvimento**. 2 ed. Fundação CEPRO, Teresina. 2002. p.85.

<sup>89</sup> Relato do Presidente da Província do Piauí, Pereira de Carvalho, retirado do site <http://catalog.crl.edu/provincia/piauí.22/05/2014>

### 3. CORONELISMO E TRADIÇÃO: Conflitos entre Liberais e Conservadores.

#### 3.1 A Província do Piauí e seu papel na Guerra do Paraguai.

Em 1866 o Brasil entra em conflito bélico com o Paraguai, o Piauí também participa do conflito beligerante fornecendo voluntários para guerra dentre os quais muitos Guardas Nacionais. Forneceu além de armamentos, a influência e o prestígio dos chefes locais, pois estes mostravam o seu poderio através da proteção de alguns guardas nacionais, protegendo-os do alistamento, e dessa maneira impedindo que fossem à guerra.

Os primeiro combatentes brasileiros que adentraram as linhas inimigas foram usados para encorajar muitos moços solteiros a ir à guerra e lutar contra as repúblicas do Uruguai e Paraguai. Segundo Odilon Nunes (2007), o Paraguai em 1864: “[...] em declaração ao Governo Imperial, protesta contra a possível ocupação do território do Uruguai por forças imperiais, o que julga ato atentatório do equilíbrio dos Estados do Prata e desonera-se de toda responsabilidade pelas consequências da declaração”<sup>90</sup>.

Para pensar a relação do Piauí no contexto da guerra do Paraguai, faremos uso de alguns decretos-leis do período analisado. Os decretos mostram as pressões sociais vividas pelos Presidentes da Província, pois os mesmo “sofriam” com os potentados e os laços familiares fortificados no Norte/Nordeste do Brasil. Segundo Agenor de Sousa Martins com a morte do Visconde da Parnaíba que acumulou vasto poder, foram então nomeado pelo governo Imperial “Presidentes para Província estrangeiros a ela (sic), tentando evitar a repetição de acúmulo excessivo de poder nas mãos de uma só família<sup>91</sup>”, sendo um mecanismo de enfraquecimento das elites locais.

Esse prestígio e acúmulo de poder, como aponta Martins (2002) repercutiram na Guerra contra o Paraguai, pois esse poder ajudava muitos guardas nacionais a não irei à guerra. Como nos mostra Johny Santana de Araújo<sup>92</sup> já que para o alistamento de corpos destacado para guerra, o jovem teria que ter 18 a 21 anos, sendo apto ao serviço ativo, não ser

<sup>90</sup> NUNES, Odilon, **Pesquisa para História do Piauí: Lutas Partidárias e Situação na Província. Vol. 4**, Teresina: FUNDAPI, 2007. P. 221.

<sup>91</sup> MARTINS, Agenor de Sousa, **Piauí: Evolução, realidade e desenvolvimento**. 2 ed. Fundação CEPRO, Teresina. 2002, p. 93.

<sup>92</sup> ARAÚJO, Johny Santana de. **Bravos do Piauí! Orgulhai-vos. Sois dos Mais Bravos Batalhões do Império: a propaganda nos jornais piauiense e a mobilização para guerra no Paraguai (1865-1866)**. Niterói- Rio de Janeiro, 2009.

casado e não ter filhos. Tais exigências abriram espaço para que muitos guardas não fossem à guerra. Para Johny Santana de Araújo (2009):

Segundo consta o guarda nacional, Manoel Pereira de Melo, que já estava designado, pensando na possibilidade de não seguir para guerra, teria forjado um cônjuge pois “[...] no caminho da viagem a capital apareceu uma mulher que se diz casado com o referido guarda [...]”<sup>93</sup>

Percebemos os mecanismos usados por muitos guardas nacionais para não embarcarem rumo ao campo de batalha, pois se protegiam ainda com os apadrinhamentos de alguns detentores de prestígio e poder local, na época não havia o serviço militar obrigatório. O Ministério da Guerra era tão pouco capacitado a fazer os alistamentos que ficava a cargo da Guarda Nacional esse papel, além de que muitos dos Presidentes de Província cumpriam esse papel passando por cima dos chefes locais, pois [...] “ser membro da guarda era o melhor pretexto<sup>94</sup>” “[...] para não ingressar no exército, pois a” [...] “Guarda Nacional era o baluarte do exercício do poder local<sup>95</sup>”.

O conflito beligerante entre o Império e o Paraguai, traz à tona a força do poder local, que se cria e fortifica com a venda de patentes, facilitando a construção de um potentado em lugares mais longínquos do território brasileiro, pois o coronel era a figura oficial do poder central na localidade, criando laços fortes de apadrinhamentos e de trocas de favores com o seu “curral” social/eleitoral. Esse prestígio tradicional vira mecanismo de luta, pois segundo Andre Amaral de Toral, no texto: “A participação dos negros escravos na guerra do Paraguai”, esse prestígio ajudará muitos a não irem para guerra. Como já mencionado pelo autor Johny Santana de Araújo, no texto supracitado. Segundo Toral (1995),

“Os chefes políticos locais e a oficialidade da Guarda Nacional, que era uma milícia à mando dos oligarquias rurais, tentavam forçar o alistamento de seus oponentes causando sérios conflitos nas províncias”<sup>96</sup>.

O mesmo autor ainda completa, que a Guarda Nacional servia de palco para o conflito político entre conservadores e liberais, os mesmos cooptando coronéis nos seus potentados, pois,

---

<sup>93</sup> ARAÚJO, Johny Santana de. **Bravos do Piauí! Orgulhai-vos. Sois dos Mais Bravos Batalhões do Império: a propaganda nos jornais piauiense e a mobilização para guerra no Paraguai (1865-1866)**. Niterói- Rio de Janeiro, 2009. P. 182.

<sup>94</sup> *Idem*, p.183

<sup>95</sup> *Ibidem*

<sup>96</sup> TORAL, André Amaral, **A participação dos negros escravos na guerra do Paraguai**, Estudos Avançados 1995. P. 291.

[...] A questão do recrutamento militar compulsório, aliada à disputa do ministério liberal de Zacarias com o conservador Caxias pela disputa da condução da guerra, forçaram a queda do primeiro em 1868, criando grave crise política e a volta dos conservadores [...] A compra de substitutos, ou seja, a compra de escravos para lutarem em nome de seus proprietários, tornou-se prática corrente. Sociedades patrióticas, conventos e o governo encarregavam-se, além disso, da compra de escravos para lutarem na guerra. O império prometia alforria para os que se apresentassem para a guerra, fazendo vista grossa para os fugidos<sup>97</sup>.

Logo, a Guarda Nacional “apesar da inspiração liberal do modelo francês, terminou a serviço de oligarquias, alistando compulsoriamente qualquer um, desde que pobre ou adversário político”<sup>98</sup>. Percebemos ainda que muito desses pobres e alguns negros, os quais não tinham parentesco com os coronéis eram requisitados e muitos negros, vendiam a “mão de obra” para combater na Guerra, com o sonho de se alforriar.

Nesses desejos oníricos em que permeavam os recém-alforriados ou os que sonhavam em se alforriar, não passavam da criação de um mecanismo paternal que se figurava no seio da nação, dando a impressão de igualitarismo republicano, segundo Carvalho (1990), entrelaçamentos sofridos no Império em âmbito político pós 1888, onde entra em cena um triple partidarismo, no qual reinavam “conflitos” políticos entre jacobinos, positivistas e liberais, onde vence ao final os liberais com óticas anglo-saxônicas, tem na nação norte-americana o símbolo a ser seguido, pois,

Todas essas importações serviam à preocupação central que era a organização do Estado em seus aspectos político, administrativo e judicial. Tratava-se, antes de tudo, de garantir a sobrevivência da unidade política do país, de organizar um governo que mantivesse a união das províncias e a ordem social. [...] Substituir um governo e construir uma nação, está era a tarefa que os republicanos tinham que enfrentar<sup>99</sup>.

Esses aspectos políticos, não eram vividos de forma bem salutar na Província do Piauí, ainda se tinha a preocupação de obtenção de prestígio, não se tinham uma visão ampla na passagem do século XIX para o XX. Nesse meu tempo, temos fatos importantes dando cor e tom no Brasil, “a monarquia aboliu a escravidão em 1888”<sup>100</sup> em 15 de novembro 1889 muda-se de regime Imperial para Republicano. E o Piauí ainda viva os brios da Guerra do Paraguai, com o advento da Guerra, criou-se na Província do Piauí um círculo de influência, aonde famílias tinham plenos poderes de mando. Esse mecanismo de influência se liga a

<sup>97</sup> *Idem*, p. 291.

<sup>98</sup> *Ibidem*, p. 293.

<sup>99</sup> CARVALHO, José Murilo de, A formação das almas, O imaginário da República no Brasil, 20ª ed. São Paulo, Companhia das Letras, 1990. PP 23-4.

<sup>100</sup> *Idem*, p. 23.

soberania<sup>101</sup> desses potentados que se criaram e se fortaleceram com a Guarda Nacional. Esse poder de mando é sentido na Província do Piauí desde a nomeação do visconde de Parnaíba, esse que assumiu o papel de magistrado na Província, e com isso criou um dos primeiros potentados já documentado.

Eis que vem surgindo vários outros; desde a implantação da Guarda Nacional no Império, até metade do século XX, por toda extensão territorial piauiense com influências consideráveis, e com a criação e fortificação do clientelismo na Província. E com isso houve conflitos entre esses potentados; no extremo sul da Província, entre homens da mesma família, tendo de um lado os Lustosa Nogueiras; liberal; protestante e abolicionista que tem a sua frente de batalha Nogueira Paranaguá e do outro temos o Coronel Granja, conservador, católico e escravista. Os quais foram os personagens principais dessa contenda entre coronéis que buscavam legitimar sua força política na Província, sendo fios condutores em menor instância de uma briga simbólica que cria forma e cor no epicentro administrativo (Rio de Janeiro).

Uma das famílias de prestígio e que aqui se fortaleceu, e apareceu com destaque até no cenário político nacional foi à família Lustosa Nogueira. Essa família que detinha uma forte influência, no seu meio teve na Guarda Nacional e na compra da patente de coronel um mecanismo novo de segregação e controle social. O *coronelismo* vai sendo configurado de acordo com a realidade de cada província, muitas vezes assumindo o papel do poder central, outras vezes sendo poder exercido a bel-prazer dos coronéis e que se apoiavam no latifúndio e na mão de obra escrava<sup>102</sup>. Esse coronelismo pode ser visualizado na Província do Piauí na segunda metade do século XIX, a partir da família Lustosa Nogueira, em especial nas cidades de Corrente e Parnaíba no extremo sul piauiense. Era comum à compra de títulos honoríficos por parte dos fazendeiros, e assim “ganhando” patente de coronel, e com isso se revestiam de uma embocadura de respeito, autoridade e prestígio. Segundo Barros ao falar do Barão de Paraim este havia se tornado:

“chefe político respeitado e inconcusso durante as últimas décadas do Segundo Império”. Dono de uma riqueza incalculável e ostentando um título nobiliárquico, o Barão de Paraim representava o braço imperial na região, e seu poder político estava assegurado com o apoio da corte de Bragança<sup>103</sup>.

<sup>101</sup> Conceito esse que pegamos de Rousseau, no tocante ao soberano que exercesse sua força através das leis, transformando ou modificando-as seu bel-prazer.

<sup>102</sup> Como fica claro para muitos autores, a coronelismo não se fortaleceu só e somente só no latifúndio, mas em laços familiares também.

NUNES, Odilon, **Pesquisa para História do Piauí: Lutas Partidárias e Situação na Província. Vol. 4**, Teresina: FUNDAPI, 2007. P. 221.

<sup>103</sup> DIAS, Laécio Barros, **O Sertão Piauiense em Pé de Guerra: o conflito armado entre José Honório Granja e a família Lustosa Nogueira (1922-1926)**, Teresina, 2012, p.30.

Notamos que com a compra do título, o coronel se assume como um instrumento institucionalizado do governo; institucionalizando o mando e desmando nas Províncias mais longínquas do centro administrativo. A obtenção das referidas patentes se dava por meio de pagamentos referentes a um mês de trabalho de um soldado da Guarda. De acordo com Laécio Barros Dias:

De fato, a realidade da política do Piauí, nos anos iniciais da República, já apresentava um panorama dominado por grupos oligarcas articulado em torno dos coronéis. As alianças formadas por estes potentados eram articuladas “através da política clientelista de distribuição de cargos entre os aparentados e amigos das famílias que dirigiram os destinos políticos do Piauí”. Estes potentados familiares dominavam o cenário político dos municípios, transformando-os em bases eleitorais fieis aos seus candidatos. E quanto mais longínquos e isolados dos grandes centros urbanos, maior era o poder de atuação dessas lideranças políticas<sup>104</sup>.

Já que o coronel matinha seu poder na maioria das vezes através da propriedade rural, que era “monopólio da propriedade fundiária, numa sociedade marcadamente rural, como era a piauiense nos anos iniciais do século XX, o latifundiário adquiria poder em quase todas as instâncias da vida em sociedade<sup>105</sup>”. Vínculos esses que se firmaram com maior intensidade. Segundo Vitor Nunes, o coronelismo não se baseava simplesmente no latifúndio, já que muito desses coronéis, não eram ricos. No caso do Piauí, o coronelismo, se baseava num “grande latifúndio somado à criação bovina e a linhagem familiar”<sup>106</sup> que [...] conferia a esses coronéis muito (sic) poder<sup>107</sup> [...], E que não se limitava à esfera local. O próprio, Nogueira Paranaguá exerceu o cargo de deputado federal, senador e vice-governador, o que mostra o monopólio de cargos, pois uma boa parte dos cargos públicos ficava nas mãos de familiares dos coronéis, detentores de prestígio e homens de confiança do Poder Central.

Os coronéis da Província do Piauí, em especial Corrente e Parnaguá, pertenciam à mesma família e exerciam uma forte influência nessas vilas, onde a precariedade e a pobreza eram alarmantes. Como nos revela Dias, na descrição de como era a vila de Parnaguá em 1912:

A vila de Parnaguá,[...] nunca progrediu e atualmente está em franca decadência, com grande número de casas em ruínas. Conta pouco mais de 100 casas, algumas caiadas, muitas barreadas apenas, e uma única com janelas envidraçadas (...). Há um mercado paupérrimo, uma escola pública, uma farmácia, uma cadeia e intendente. Para nos abastecermos de comestíveis para prosseguimento da viagem, tivemos que mandar um positivo à Sta. Rita [E. da Bahia], porque na

<sup>104</sup> *Idem*, p.23.

<sup>105</sup> DIAS, Laécio Barros, **O Sertão Piauiense em Pé de Guerra: o conflito armado entre José Honório Granja e a família Lustosa Nogueira (1922-1926)**, Teresina, 2012. P.23.

<sup>106</sup> *Idem*, p. 33

<sup>107</sup> *Ibidem*

vila não havia cereais, nem açúcar, nem sal, nem café, nem farinha. Não encontramos galinhas ou frangos, à venda; em toda a vila conseguimos obter uma dúzia de ovos (...). Não se ver um quintal plantado, nem legumes, nem verduras. Raríssimas as árvores frutíferas (...). Toda a região percorrida é muito atrasada. Não há noção de conforto relativo, nem mesmo de asseio; analfabetismo em mais de 80% da população, pobreza e quase miséria gerais<sup>108</sup>.

Percebemos a precariedade da vila e das pessoas que lá viviam numa total falta de assistência da República. Essa falta de recursos e de trabalho que vivenciavam os moradores dessas vilas; é retratado no exemplo de Corrente, que tudo indica passava também por dificuldades assim como Parnaguá:

[...] Corrente era ruim, era acanhadinha, era um bolim assim. A cidade de Corrente naquele tempo não tinha médico, não tinha... era um lugar, como é que se diz? Era um arraialzinho, uma casinha pequena... de palha aqui e acolá. Nesse tempo Corrente era tudo mato, tudo, tudo era mato. Aqui era roça, esse lugar aqui ainda hoje mina, era roça de plantar arroz, plantar capim, era uma grande roça, dacolá até acolá.<sup>109</sup>

Essas precárias cidades e vilas eram lugares geralmente dominados por um coronel ou a sua família, tendo ainda uma farta mão de obra, no que tange a jagunços e capangas, já que “antes da afirmação do poder do centro administrativo municipal e provincial, a fazenda territorialista e a família portentosa da região eram o governo e a autoridade que as populações interioranas (re)conheciam”<sup>110</sup>. Tal estrutura geralmente era rompida somente a partir do banditismo, seguindo nessa premissa Hobsbawm explica como se dava o banditismo social:

O homem violento que não se dispõe a suportar as cargas tradicionais impostas ao homem comum em uma sociedade de classes, a pobreza e a humildade, pode escapar delas unindo-se e servindo os opressores assim como revoltando-se contra os mesmos. Em toda sociedade rural há “bandidos fazendeiros” assim como “bandidos camponeses” para não mencionar os bandidos do Estado, embora apenas os bandidos camponeses mereçam o tributo de baladas e anedotas. Os capatazes, policiais, soldados mercenários são frequentemente recrutados, assim, entre o mesmo material que os bandidos sociais<sup>111</sup>.

Portanto, notamos que o acúmulo de poder nas mãos dos coronéis, e a falta de políticas para sanar os problemas estruturais das vilas e cidades favoreciam a criação de potentados na Província, já que os trabalhadores vendiam sua força de trabalho em troca de alguns benefícios.

<sup>108</sup> *Idem*, p.24.

<sup>109</sup> DIAS, op. Cit., p. 26.

<sup>110</sup> HOBBSAWM, Eric J. **Bandidos**. 2 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1976. p. 25.

<sup>111</sup> *Idem* p. 27,

Percebemos ao longo do trabalho que o *coronelismo* não se dá de forma homogênea na República, pois o mesmo só é sentido na Província do Piauí no século XX, principalmente nos conflitos envolvendo José Honório Granja e a família Lustosa Nogueira, em meado dos anos 1920. Tais fatos nos mostram,

A base de sustentação do poder político local se estruturava a partir de um conjunto de relações políticas, econômicas e sociais que se caracterizava pela liderança de um chefe político sobre determinada região, cujo poder estava assegurado pelo controle “sobre parcela ou parcelas do eleitorado, objetivando a escolha de candidatos por eles indicados”<sup>112</sup>.

Esse conflito entre as famílias Lustosa Nogueira ganhou mais força com a chegada do forasteiro Granja, que acumulou muito dinheiro com a extração do látex da maniçoba e com isso a “aquisição da patente de coronel da Guarda Nacional em 1911. José Honório Granja conseguiu ingressar na tradicional família Lustosa Nogueira de Parnaguá<sup>113</sup>”, se aliando a um forte potentado que tinha significativa influência na política local, poder que já era exercido pelo seu sogro, Coronel O’Donnel.

O conflito entre os Lustosa Nogueira e o Coronel Granja, se deu de forma heterogênea. De um lado, os Lustosa Nogueira, com destaque para Joaquim Nogueira Paranaguá que chega a cidade de Corrente depois de passar um tempo fora, onde vivenciou em Salvador as discussões acerca das campanhas republicanas e abolicionistas e que norteavam as preocupações dos intelectuais nos grandes centros do país naquele momento. Paranaguá sofreu influência dos ideais republicanos e abolicionistas, e quando regressou ao Piauí ajudou a fundar o Partido Republicano Piauiense na capital do estado, virando assim uma ameaça às pretensões dos monarquistas, como exemplo José Honório Granja.

Essa briga entre Granja e a parentela Lustosa Nogueira, adentrou também o âmbito religioso da Província, pois em 1920, Joaquim Nogueira trouxe dos Estados Unidos uns missionários para instalar em Corrente e Parnaguá a Igreja Batista, tendo como alegação, por parte da família Nogueira, que o catolicismo era vinculado ao Império e conseqüentemente ao escravismo, seguindo uma ótica de conflitos simbólicos. No pensamento dos republicanos da família Nogueira, em especial os aliados de Joaquim Nogueira, era necessário quebrar o

---

<sup>112</sup> DIAS, Laécio Barros, **O Sertão Piauiense em Pé de Guerra: o conflito armado entre José Honório Granja e a família Lustosa Nogueira (1922-1926)**, Teresina, 2012, p. 32.

<sup>113</sup> *Idem*, p. 38.

vínculo definitivo como a monarquia, desde o político até o religioso, por isso a necessidade de implantação na cidade de Corrente e Parnaguá uma igreja Batista, sendo as duas únicas cidades em toda a Província a ter outros templos oficiais que não fossem católicos. Os mesmos sofreram pressões da maioria dos habitantes das supramencionadas cidades, pois o credo vigente era o catolicismo, essas pressões unilaterais eram da população e também da família dos Lustosa Nogueira, esses que eram aliados de Granja, um monarquista, que professava a religião católica contrária a religião implantada por Joaquim Nogueira. Esse fato chegará às câmaras Legislativas da Província, sob o argumento que “a Constituição brasileira, declara que a República é leiga”, abrindo a possibilidade de exercer um credo diferente do que era vigente na Província.

Essa contenda entre os Lustosa Nogueira, a primeira vista era um conflito político entre chefes, em busca de defesa de seus interesses locais. As famílias sabiam que o coronel “na fase de seu exclusivo mando, [...] é chefe, juiz e delegado<sup>114</sup>”, nessa premissa as farpas entre os Lustosa Nogueira eram para assegurar o seu potentado, frente ao outro lado da mesma família. Pois,

No começo da década de 1920, os dois grupos que disputavam o poder político em Parnaguá já se apresentavam definidos. Um grupo era liderado por Raimundo Lustosa Nogueira que havia se estabelecido na liderança política do município de Parnaguá havia algum tempo, e embora tivesse forte influência no cenário político neste município, tinha em Corrente sua principal base de apoio. No outro lado, a oposição compunha-se dos membros familiares que haviam sido aliados do comando político em 1889, e que tinha em José Honório Granja, residente em Parnaguá e recém-ingresso na família, uma forte representação<sup>115</sup>.

A citação acima demonstra-nos uma queda de braço entre indivíduos de uma mesma família. O conflito armado que fora o movimento que forçou vilas e cidades que pertencem a Parnaguá e Corrente a se esvaziar no período beligerante entre membros da mesma família nos anos de 1922 a 1926 levou a perda de várias almas e grande pilhagem de gado, muitos roubados por jagunços e mercenários a mando dos coronéis de ambos os lados. Segundo Villaça, [...] *coronelismo* (sic) com afeito, juiz entre questões e disputas humanas na jurisdição de seus domínios, de maneira deveras impressionante.<sup>116</sup>

Pois manter relações com esses potentados e muitas das vezes não intervir em questões familiares e políticas locais, era o modo de permanência de laços de “amizades”

<sup>114</sup> ALBUQUERQUE, Roberto Cavalcante de, VILAÇA, Marcos Vínicios, **CORONEL, CORONÉIS**. 2ª ed. Rio de Janeiro, Tempo brasileiro, Brasília, ed. Universidade de Brasília, 1978. P. 35

<sup>115</sup> DIAS, Laécio Barros, **O Sertão Piauiense em Pé de Guerra: O conflito armado entre José Honório Granja e a família Lustosa Nogueira (1922-1926)**, Teresina, 2012. P. 52.

<sup>116</sup> *Idem*

entre os potentados e o governo. O mesmo autor ainda reforça: “Fraudes de coação ao eleitorado, amedontrados por capangas, pelo uso da polícia que manipula como força de coação e de coerção eleitoral”<sup>117</sup>.

Era esse o modo de ajuda mútua entre os potentados e o governo, pois o governo central cedia regalias e os coronéis lhe devolviam através das fraudes eleitorais. Portanto, percebemos o quão importantes eram esses conflitos para firmar laços fortes com coronéis e governantes.

O mandonismo local se firmava na exclusão social e no acúmulo latifundiário. Teresinha Queiroz afirma que se de um lado da sociedade encontrava-se os grandes latifundiários detentores das grandes extensões de terra, no extremo oposto, “estava todo o restante da população”. A partir dessa premissa Dias afirma que,

Daí podermos sugerir que o poder dos potentados locais fosse maior quanto mais excludente fosse o meio, e quanto mais latente fosse a miséria da população. Nesse mundo de caboclos miseráveis e potentados locais, assistimos então a subordinação imposta por esses sobre aqueles<sup>118</sup>.

Percebemos o quão se ganhava com a pobreza, pois era a partir dela que se constituía um potentado forte e com vasto exército de jagunços, esses que se viam a mercê de comandos de coronéis. Nesse bojo, nasce assim a noção de “cabra macho”, que brota dos sertões e vai se alastrando por todo semiárido nordestino. A violência era uma característica epidêmica, radicada nos costumes das populações interioranas como um conjunto de ações válidas para promover o *justiçamento* e a garantia da ordem social [...] <sup>119</sup>. Segundo o autor Araújo (2011) forma-se,

“[...] um sistema de valores subjacente às relações sociais e ao senso comum estaria fundamentado nas tradições locais, que promoviam o ordenamento do mundo comunitário a partir da ação belicosa da família parental prepotente, da defesa da honra e da vindita privada dos valentões afamados [...] e enquanto norma de conduta promotora do ordenamento social, não estaria submetida às pressões da moralidade

---

<sup>117</sup> ALBUQUERQUE, Roberto Cavalcante de, VILAÇA, Marcos Vínicios, **CORONEL, CORONÉIS**. 2ª ed. Rio de Janeiro, Tempo brasileiro, Brasília, ed. Universidade de Brasília, p 38.

<sup>118</sup> DIAS, Laécio Barros, **O Sertão Piauiense em Pé de Guerra: O conflito armado entre José Honório Granja e a família Lustosa Nogueira (1922-1926)**, Teresina, 2012. P. 76

<sup>119</sup> ARAÚJO, Raimundo Alves de, **FAMÍLIA E PODER: A construção do Estado no noroeste cearense do século XIX (1830-1900)**, UFC, 2011. P. 14.

urbana e burguesa e nem ao poder central; daí as explosões de violência e de fúria verificadas no período [...] <sup>120</sup>.

As parentelas belicosas e “valentões afamados” ocupavam o espaço vazio do Estado que não se fazia presente no espaço social dos sertões e regiões mais longínquas. Os coronéis se propunham a ser o fio condutor das leis do Estado/ poder central para com os habitantes dos lugares mais distantes do litoral, donde carecia do aparelho burocrático que regia o Império.

Percebe-se que há um acúmulo de significados culturais, sociais e políticos que revestem o coronelismo, já que essas práticas existiam como um “ambiente onde o poder privado e familiar era a fonte da defesa da ordem social” <sup>121</sup>, ou seja, o poder público emanava de um poder privado de parentela familiar, que detinha no patriarca uma patente que solidifica o seu prestígio <sup>122</sup>.

Logo, vemos que nas localidades longínquas como Corrente e Parnaguá, isso não foi diferente, já que nas cidades reinava uma espécie de autogoverno em que determinadas famílias eram a fonte do poder público e da ordem social. Onde reinavam acordos <sup>123</sup> que eram norteados por práticas políticas. Segundo Araújo (2011) esses acordos se fixavam na,

[...] cúpula administrativa e política das províncias “negociavam” com as parentelas municipais o voto e o auxílio das mesmas para o projeto político do Partido Liberal ou Conservador ao qual estavam ligados. Já as elites políticas municipais exerciam uma “postura ideológica elástica”, ora apoiando um, ora apoiando outro partido, para garantirem para si os benefícios do preenchimento da máquina pública municipal com base no apoio dado e recebido ao governo provincial <sup>124</sup>.

Essa “postura ideológica” é percebida no campo político e é vivenciada pela família Lustosa Nogueira, com uma dualidade mais afinada, já que os que apoiavam Joaquim Nogueira Paranaguá eram republicanos, e os alijados de José Honório Granja, eram

---

<sup>120</sup> *Idem.* p 14

<sup>121</sup> *Ibidem*

<sup>122</sup> FONSECA. Rodrigo Gerolineto “**NOBREZA DA TERRA**”: a constituição de uma elite local na capitania de São José do Piauí – do final do século XVII ao final do século XVIII. Encontramos a noção de título, esse que dará maior legitimidade ao indivíduo que a possuía, assim tento um aval de autoridade reconhecida. Fato esse que veem se desenhando desde o período colonial.

<sup>123</sup> Acordos esses de ajuda mútua, pois, as parentelas influentes ajudavam o governo e em troca os mesmo faziam vistas grossas aos mandos e desmandos dessas famílias nas suas referidas localidades.

<sup>124</sup> *Idem* p.24.

monarquistas. Um sustentava uma postura ideológica diferente do outro, porém, sempre com pretensões de assegurar privilégios. Vemos que cai por terra a noção de “coronel todo poderoso” de Vitor Nunes Leal<sup>125</sup>, pois percebemos que o coronel dependia de uma parentela forte e estruturada para ter as suas decisões aceitas e defendidas, muitas vezes a ferro e fogo. Esse sistema de troca de favores também se baseava no apadrinhamento de filhos de seus arrendatários e moradores de suas propriedades.

Segundo Araújo (2011) a noção de cidadão não é identificada nesse momento, pois muitos desses que aqui viviam não tinha a noção de serem brasileiros e muito menos piauienses, e sim de pertencimento a alguns dos potentados locais, vilas e freguesias. Segundo Raimundo Alves de Araújo ao analisar a província do Ceará,

Provavelmente, chamar os moradores dos sertões [...] “cearenses” seria um anacronismo tremendo. Assim como o próprio Brasil – e a noção de brasileiro – o Ceará – e a noção de cearense – não existiam ali e estavam ainda em franco processo de construção. O centro, o norte, o sul [...] eram regiões desconectadas umas das outras; fora da capital o sertão era uma incógnita para a “civilização urbana”, era composto por regiões “bárbaras” e desconhecidas, ocupado por “matutos violentos” e “vadios”, que demorariam ainda meio século para serem “domesticados” e submetidos pelo processo civilizador da capital.

Portanto, se tem uma noção de família e parentela, e não uma noção cívica e nacional. Pois dizer: “*Eu sou da família Lustosa Nogueira*” tinha uma força identitária maior que dizer que era piauiense ou cearense, e não teria nenhum significado dizer que era brasileiro nos sertões de então. Reinava nos sertões os donos de terras e suas parentelas armadas, e que herdavam as tradições de mando municipais de seus pais/avós. Segundo Capistrano de Abreu:

A rapidez com que se estabeleciam as fazendas no sertão nordestino se explica, de uma parte, pelo consumo crescente do litoral, onde se desenvolvia ativamente a produção açucareira e o povoamento; doutra, pela pequena densidade econômica e baixa produtividade da indústria. Mas também pela facilidade com que se estabeleciam as fazendas: levantada uma casa, coberta em geral de palha [...], feitos uns poucos currais e introduzido o gado (algumas centenas de

---

<sup>125</sup> LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1997.

cabeças), estão ocupadas três léguas (área média das fazendas) e formando um estabelecimento [...] <sup>126</sup>.

Logo, vemos que essas famílias são remanescentes do processo de formação da América Portuguesa. E que ficaram na incumbência de “domesticar” os silvícolas que aqui viviam antes das fazendas de gado <sup>127</sup>. Ficaram a cargo da educação, do governo, da catequização, sendo que o “fazendeiro era, a um só tempo, governante e governado encarregado do governo de si mesmo” <sup>128</sup>, devido à inoperância de um aparelho burocrático fortificado nos sertões de dentro. Esse poder arregimentado educacional promovido pelas famílias portentosas perpassava a cultura popular sertaneja que teria [...] incorporado conceito de violência e de valentia – herança do período colonial – como um código social de conduta e um *ethos* baseado na violência. Essas famílias moldavam de certo modo o social e moral já que,

[...] ordem social nascida da família prestigiosa do sertão não era embasada pela “imparcialidade da Lei”, mas pelos humores e interesses grupais e pelas tradições do senso comum, o que fazia da violência grupal uma forma legítima de afirmação da ordem, da “lei” e do status <sup>129</sup>.

O governo não punia as violências, e sim a legitimava, dando concessões e mantendo privilégios, tendo nas patentes da Guarda Nacional um modo de lhe assegurar os laços. Como aponta Araújo,

“O presidente da Provincia, attendendo ao merecimento, aptidão e mais partes, que concorrem na Pessoa de Francisco de Paula Pessoa, há por bem nomeal-o coronel chefe da legião de Guarda Nacionaes do Municipio de Sobral. Ordena portanto á respectiva Câmara municipal, que por tal o reconheça e faça juramentar, e aoscommandantes dos Batalhões, officiaes inferiores e mais guardas dos referidos batalhões, que lhe prestem a devida obediência. Dado e passado no Palacio do governo do Ceará aos 6 de julho de 1837” <sup>130</sup>

O mesmo autor nos define o porquê desse mecanismo usado pelo governo, pois o [...] sistema, a violência punitiva e privada dos “aliados” do Estado era peça fundamental para o “bom funcionamento” do governo nos sertões [...] tendo nos coronéis aliados que

<sup>126</sup> ARAÚJO, Raimundo Alves de, **FAMÍLIA E PODER: A construção do Estado no noroeste cearense do século XIX (1830-1900)**, UFC, 2011. P. 27.

<sup>127</sup> FAORO, Raymundo. **Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro**. v. I e II. 12ªed. São Paulo: Globo, 1997.

<sup>128</sup> ARAÚJO, Raimundo Alves de, **FAMÍLIA E PODER: A construção do Estado no noroeste cearense do século XIX (1830-1900)**, UFC, 2011. p

<sup>129</sup> *Idem*,

<sup>130</sup> *Ibidem*,

asseguravam a base de interesse de potentados locais e de algumas lideranças do governo. Essa força de alianças, que tinha nas famílias tradicionais um autogoverno que ajudava a manter o prestígio dos primeiros e um eleitorado para os segundos, sendo mais perceptíveis esses laços nas Províncias mais distantes, onde prevalecia de forma clara essa aliança entre potentados e governantes que,

Além do recrutamento dos principais potentados locais para ocuparem os postos de poder institucionalizados na Guarda Nacional e nas administrações municipais, o que chama a atenção é que fora através desta violência (violência da família parental que catequizava, disciplinava para o trabalho, impunha o monopólio da terra e da obediência às leis do Império) que o Estado brasileiro nasceu e se firmara nos sertões [...]. Não havia aí uma hierarquia rígida; o chefe familiar poderoso prestava contas de suas ações, antes do fortalecimento do parlamento provincial, ao próprio imperador (que era uma figura abstrata cuja lealdade e a obediência eram muito mais retórica do que real) e a seus rudes familiares dominantes nas localidades do sertão<sup>131</sup>.

O que percebemos é que grande parte da composição governamental se dera com o nascimento e perpetuação desses potentados, cujo “retrato” social, cultural se transformou com esses clãs, sem nos esquecermos de apontar o que também estava por detrás disso, a criação de uma “conduta de honra”, ética do valentão, e legislação da violência privada, usada pelas famílias para dar cabo de seus inimigos, como disse através de jagunços e mercenários, dentre os quais muitos eram afilhados seus, e outros tantos que estavam interligados entre laços mais complexos.

Nesse emaranhado que sustenta o coronelismo, não poderíamos deixar de apontar um mecanismo importante desse fenômeno que vai dar sustentação a estrutura base do coronelismo, a Guarda Nacional, pois a mesma vira um símbolo de manutenção dos poderes locais, junto à tradição das famílias. Como exemplo disso temos José Honório Granja, que tinha na patente um meio de angariamento de favores e privilégios<sup>132</sup>, usando-se desse mecanismo para criar um prestígio em Corrente e Parnaguá. Segundo Dias, José Honório Granja,

Na condição de Capitão de Brigada de Infantaria da Guarda Nacional, foi convocado para manter a ordem instituída e zelar pela preservação da autoridade estatal ao combater os “revoltosos” comandados por Luís Carlos Prestes. Assim, assumiu o papel de agente do Estado com autoridade de agir em seu nome e aplicar a lei conforme ordenamento jurídico instituído. Investido agora na condição de Coronel, impunha sua lei construída a partir das práticas repressoras típicas da prática coronelística, agia na defesa de seus interesses

<sup>131</sup> ARAÚJO, *Op. Cit.*

<sup>132</sup> FARIAS, Maria Auxiliadora, **Guarda Nacional em Minas Gérias, 1831 a 1873**. UFPR, 1977

privados à revelia do ordenamento jurídico instituído. Estas duas faces experimentadas por Granja no período em tela expressam as contradições de um regime que procurava se consolidar. Este exemplo é significativo da fragilidade institucional da República Brasileira no início do século XX.<sup>133</sup>

A família aliada a José Honório Granja e que recebe do governo a patente de Capitão da Brigada da Guarda Nacional, foi a maior beneficiária das concessões, pois lhe dará mais força e prestígio no meio social em que estava inserido. O recém Capitão da Brigada, José Honório Granja, se ausenta do governo para combater a Coluna Prestes<sup>134</sup>, junto a muitos coronéis dos quais faziam parte da brigada e que ficaram na incumbência de lutar contra o Prestes. Muitos desses coronéis eram do,

Vale do Médio São Francisco, como Franklin Lins de Albuquerque, residente em Pilão Arcado, Abílio Wolney, residente em Barreiras, mas com origens na Vila de São José do Duro no norte de Goiás e Francisco Leóbas de Franca Antunes de Remanso, Granja se aliou aos demais formando um “batalhão patriótico” com homens da região do extremo sul piauiense<sup>135</sup>.

Esses “homens bons”<sup>136</sup> e “homens da sociedade”<sup>137</sup> eram os responsáveis por defender a nação da Coluna Prestes, sendo também em contrapartida as cabeças pensantes dos conflitos belicosos em suas regiões. Conflitos esses que se figurava em brigas partidárias dentre as quais se matinha o lema “Aos amigos, acolhimento e aos inimigos à bala!”. Essas desavenças e intrigas foram intensas, pois não se tinha um aparelho repressor que agisse a favor ou contra as contendidas locais. Esse aparelho repressor sempre estava nas mãos dos potentados. Muitos dos envolvidos no conflito tinham cargos altos nas vilas e cidades, como vereador, chefe de polícia, Juíz de Paz, entre outros, dando assim legitimidade e legalidade a suas ações. Logo, esta rede de solidariedade política também fazia parte da relação entre o potentado local e o jagunço, vendo nas famílias portentosas o poder em vigor, sendo entendida,

a partir das relações de poderes estruturadas no sertão, [a qual] erguia-se como costume e direito entre as relações de poder e mando, estreitando os vínculos de

<sup>133</sup> DIAS, Laécio Barros, **O Sertão Piauiense em Pé de Guerra: O conflito armado entre José Honório Granja e a família Lustosa Nogueira (1922-1926)**, Teresina, 2012, p. 69.

<sup>134</sup> Foi em 1926, à passagem pelo Piauí do movimento político-militar de origem tenentista chamado “Coluna Prestes”. Essa foi uma marcha pelo interior do Brasil em defesa de reformas políticas e sociais. Cerca de 1200 homens, chefiados por Juarez Távora, Miguel Costa e Luiz Carlos Prestes percorreram, durante 29 meses, 25 mil km nos estados de Mato Grosso, Goiás, Minas Gerais, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco e Bahia. Ao final de 1926, com mais da metade dos combatentes atacados pela cólera e sem poder continuar a luta, a Coluna procurou asilo na Bolívia. Disponível no site <http://istoepiaui.blogspot.com.br/2008/10/coluna-prestes-no-piau.html> 12/07/2014.

<sup>135</sup> *Idem*, p. 69.

<sup>136</sup> ARAÚJO, Raimundo Alves de, **FAMÍLIA E PODER: A construção do Estado no noroeste cearense do século XIX (1830-1900)**, UFC, 2011. p. 30.

<sup>137</sup> *Idem*

solidariedade vertical entre o potentado e o jagunço. Vínculos pessoais e estreitos conformados nos acordos e nas formas do trabalho de proteção aos bens e as terras que cercavam o poder do fazendeiro. [...] Notoriamente eram esses ‘cabras’ ou jagunços que faziam o trabalho das vinganças e outros tipos de favores, cujas formas eram na proteção ao dono e a sua propriedade. Uma permanência de tradição rural que era considerada costume desde os tempos da descoberta e dos primeiros morgados que se constituíram. Resíduo de uma prática de proteção ao território conquistado.[...] <sup>138</sup>

Os potentados detinham a maioria dos cargos e com isso estavam livres a praticar e fazer valer suas “leis”, sem serem punidos pelo Poder Central. Esse mesmo poder dava legitimidade a essa violência nos sertões, criando vínculos fortes, proporcionando uma proteção de interesses de governos com ajuda de coronéis, que tinha seus exércitos de jagunços e que faziam a [...] proteção aos bens e as terras que o cercavam [...] o poder do coronel, que fazia valer seus prestígios muitas das vezes a base da violência, já que esses jagunços [...] faziam o trabalho das vinganças e outros favores [...] que figurava em [...] relações de poderes estruturados no sertão. O peso do sobrenome e a tradição familiar era algo que mobilizava o sertanejo, era mais fácil ouvir dizer: *Fulano é afilhado do coronel Granja*, tendo em vista que o sobrenome tinha no seu âmago uma forte importância no meio social.

A Guarda Nacional “estabelecera uma hierarquia, em que a patente de coronel correspondia a um comando municipal ou regional, por sua vez, dependente do prestígio econômico ou social de seu titular”, pois claramente a Guarda Nacional, segundo Raimundo Alves Araújo era,

Uma instituição que ia contra a centralização administrativa reclamada pelo Estado em gestação, pois ela reforçava o poder social das famílias parentais e colaborava para pulverizar a autoridade pública de modo anárquico entre inúmeros comandos reais ou fictícios: no meio de tantos Coronéis, Majores, Tenentes-Coronéis etc. ninguém saberia dizer ao certo quem estava no comando da Guarda numa região e quais os pressupostos de seleção de seus comandados. Ela deu status de legalidade ao “pátrio poder” e ao mando familiar<sup>243</sup>, colaborando para transformar os assassinos e os valentões contratados pelas famílias influentes em “agentes públicos” e os principais responsáveis pelo policiamento nas vilas do sertão [...] <sup>139</sup>.

Logo, com a patente da Guarda os potentados ganham aval, e uma autoridade dada a certo modo pelo poder administrativo formando-se assim um poder policial de cidades e vilas nos sertões mais distantes, esses integrados aos interesses de coronéis e de governantes. Tem-se uma imagem consagrada pela historiografia tradicional, que a Guarda é uma “instituição gigantesca e poderosíssima, de onde os chefes de família controlavam a vida da comunidade à

<sup>138</sup> HOBBSAWM, Eric J. **Bandidos**. 2 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1976. p. 25.

<sup>139</sup> ARAÚJO, Raimundo Alves de **FAMÍLIA E PODER**: A construção do Estado no noroeste cearense do século XIX (1830-1900), UFC, 2011.p.106.

sua volta”. Portanto, percebemos o quão importante foi a Guarda Nacional para criar esses potentados, ou pelo menos, dar legitimidade através de patentes outorgadas pelas autoridades, sendo esse um meio de angariar e conquistar aliados, tendo na instituição um meio de conseguir prestígio e um status na sociedade.

Porém, devemos também notar que essa patente era ligada não mais só ao coronel, mas também a parentela, “traduzindo uma perspectiva da história onde o sujeito e sua ação individual era exagerada (sic) pela historiografia positivista”<sup>140</sup>, pois como visto o mesmo dependia de sua parentela para agir, que também se transvestiu na patente de coronel. O que vale ressaltar é o prestígio ascendente da família na localidade, sem isso as patentes de coronel não tinham uma força significativa.

---

<sup>140</sup>ARAÚJO, *Op. Cit.* pag. 108.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Concluimos que com a criação da Guarda Nacional, iniciada com o mandado do Padre Feijó, que concerne aos moldes franceses, vendo nos cidadãos os melhores protetores da pátria, que a mesma assume papel importante na formação do Estado nação, pois, dava legitimidade à emancipação brasileira das amarras lusas; esses grilhões eram sentido de forma mais contundente na defesa da nação, pois tinha no Exército um órgão débil, que sofria com má fama de déspota. O Exército, que no grosso de suas fileiras armazenava uma grande maioria de portugueses, seguida da pecha de órgão com grande incidência de despotismo, tem na *Garde Nationale* que nascerá em 1831, uma instituição que a enfraquecerá, dada uma importância impar ao órgão que nascerá no que tange a defesa, e na efetivação de órgão nitidamente brasileiro.

A instituição de defesa que nascerá a sobra da Revolução Francesa, e aqui sendo adaptadas, às especificidades das varias regiões, tem suas fases distintas, dentre as quais sua criação que lhe proporciona um ensaio democrático, e segue até a distinção por vias orçamentárias, com intuito de selecionar pessoas hábeis para adentra na milícia. A terceira fase em que vive a Guarda, dada de 1850, esse que é a redemocratização e aristocratização das fileiras que compõe a instituição, e com isso nasce no seio a epiderme coronelista, esse que foi efetivada com a venda de patentes referente ao um soldo, isso a fez uma milícia débil, no tocante ao patrulhamento, policiamento das Províncias e as demais atribuições que a ela cabiam.

Com a milícia criou-se forças de coalizão nos mais distantes sertões de dentro, pois, com o advento da patente de coronel, esse que se revestia da tradição de famílias latifundiárias e escravistas fixadas desde a Colônia; os títulos honorificam às parentelas, as institucionalizando-as, já que deram as mesmas poder, muitas das vezes de decisão perante as leis. Essa tradição correu o vão colonial e se estabeleceu na regência e foi se fortificando até o século XX.

O coronel, juiz e até padre, se fortificou nos sertões de dentro. O mesmo era detentor dos meios de sobrevivências meio ao descaso do Estado com a população mais carente, com isso os famigerados se viram cooptados a servirem aos coronéis, firmando laços parentais mais forte como apadrinhamentos e com isso criando uma tradição que se arraigou na sociedade, da qual tinha no coronel seu real protetor.

Essa tradição se segue Império à dentro chegando até a República, já que a Guarda Nacional só fora incorporada ao Exército de 1º linha em 1922. E com isso no Piauí, que sofrerá as intempéries das instalações da instituição de defesa, com precariedades adversas, tem no extremo sul do Estado uma contenda entre coronéis.

Essa briga de interesses se dará por vias políticas, social e religiosa chegando ao confronto armado, tendo nos Lustosa Nogueiras os protagonista dessa belicosa batalha, que deixara Corrente e Parnaguá assombradas, tendo perdas de algumas almas nos conflitos, esse que fora entre Granja e Joaquim Nogueira. Terminando com a intervenção do Governo, que oras fazia vista grossa ao conflito.

O trabalho em questão não pretende esgotar toda às possibilidades de entender o *coronelismo*, mas mostra como a titulação e o prestígio, junto os apadrinhamentos cimentavam o poder dos coronéis dos sertões desse vasto território brasileiro.

## REFERÊNCIAS:

ARAÚJO, Johny Santana de. **Bravos do Piauí! Orgulhai-vos. Sois dos Mais Bravos Batalhões do Império: a propaganda nos jornais piauiense e a mobilização para guerra no Paraguai (1865-1866)**. Niterói- Rio de Janeiro, 2009.

ARAÚJO, Raimundo Alves de, **FAMÍLIA E PODER: A construção do Estado no noroeste cearense do século XIX (1830-1900)**, UFC, 2011.

ALBUQUERQUE, Roberto Cavalcante de, VILAÇA, Marcos Vínícios **CORONEL, CORONÉIS**. 2ª ed. Rio de Janeiro, Tempo brasileiro, Brasília, ed. Universidade de Brasília, 1978.

ALMEIDA, Adilson José de. **Uniformes da Guarda Nacional (1831-1852): a Indumentária na organização e Funcionamento de uma Associação Armada**. São Paulo: USP, 1998.

CASTRO, Jeanne Berrance de. **A milícia cidadã: a Guarda Nacional de 1831 a 1850**. São Paulo: Ed. Nacional, 1977.

CERTEAU, Michel de. **A operação histórica**. In: LE GOOF, Jacques; NORA, Pierre. História: novos problemas. 2º Ed. Rio de Janeiro: F. Alves, 1989. pp 23-104.

CARVALHO, José Murilo de, **A formação das almas**, O imaginário da República no Brasil, 20º ed. São Paulo, Companhia das Letras, 1990.

DIAS, Laécio Barros, **O Sertão Piauiense em Pé de Guerra: O conflito armado entre José Honório Granja e a família Lustosa Nogueira (1922-1926)**, Teresina, 2012.

FARIAS, Maria Auxiliadora, **Guarda Nacional em Minas Gerias, 1831 a 1873**. UFPR, 1977.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir**, O nascimento da Prisão, tradução de Raquel Ramallete- Petrópolis, ed. 29: Editora Vozes, 2004. pp 114-84.

FONSECA. Rodrigo Gerolineto **“NOBREZA DA TERRA”**: a constituição de uma elite local na capitania de São José do Piauí – do final do século XVII ao final do século XVIII.

FAORO, Raymundo. **Os donos do poder**: formação do patronato político brasileiro. v. I e II. 12ªed. São Paulo: Globo, 1997.

HOLLOWAY, Thomas H. Polícia no Rio de Janeiro, **Repressão e resistência numa cidade do século XIX**, tradução de Francisco de Castro Azevedo-Rio de Janeiro: ed. Fundação Getúlio Vargas, 2012.

HOBBSAWM, Eric, **Sobre História**, Tradução de Cid Knipel, Companhia das Letras, São Paulo. 1998.

HOBBSAWM, Eric J. **Bandidos**. 2 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1976.

LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo enxada e voto**: o município e o regime representativo no Brasil. 3ª ed. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1997.

MARTINS, Agenor de Sousa, **Piauí: Evolução, realidade e desenvolvimento**. 2 ed. Fundação CEPRO, Teresina. 2002.

MOURA, Denise; **A Farda do Tendeiro**: cotidiano e recrutamento no império.

OLIVEIRA, Kamyla Nunes de Deus, **A Organização da Guarda Nacional no Espírito Santos**, entre 1831 a 1871.

NUNES, Odilon, **Pesquisa para História do Piauí**: Lutas Partidárias e Situação na Província. Vol. 4, Teresina: FUNDAPI, 2007.

RÉMOND, René (org.). **Por uma História Política**. Dora Rocha (trad.). 2. ed. Rio de Janeiro: Editora, FGV, 2003.

ROUSSEAU, Jean-Jacques: **Do Contrato Social**. TRADUÇÃO Rolando Roque da Silva,Ed. Eletrônica Ridendo Castigat Mores, [www.jahr.org](http://www.jahr.org) .

SALDANHA, Flávio Henrique Dias. **O Império da Ordem Guarda Nacional: Coronéis, Burocratas em Minas Gerais na segunda metade do século XIX, 1850-1873**. França: UNESP, 2008.

SCHIMTT, Ânderson Marcelo, **Guarda Nacional na Guerra dos Farrapos: A Formação das Tropas Farrroupilhas**, Rio Grande do Sul: FURG, 2012.

TORAL, André Amaral, **A participação dos negros escravos na guerra do Paraguai**, Estudos Avançados 1995.

**SITES PESQUISADOS:**

<http://istoepiaui.blogspot.com.br/2008/10/coluna-prestes-no-piau.html> acessado 12/07/2014.

[http://catalog.crl.edu/provincia/piauí](http://catalog.crl.edu/provincia/piau%C3%AD) acessado. 22/05/2014.

[http://www.historiadobrasil.net/resumos/noite\\_garrafas.htm](http://www.historiadobrasil.net/resumos/noite_garrafas.htm) l acessado 22/05/2014.

<http://www.brasilecola.com/feijo.html> acessado em 23/12/2013